

Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

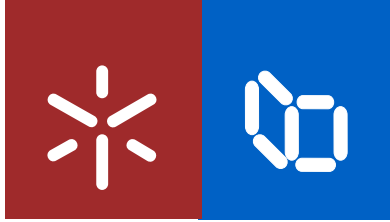
Deolinda Gonçalves de Freitas

**Impactos do Caminho de Santiago em Chaves.
Perspetiva cultural**

Deolinda Gonçalves de Freitas | **Impactos do Caminho de Santiago em Chaves. Perspetiva cultural**

UMinho | 2018

outubro de 2018



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Deolinda Gonçalves de Freitas

Impactos do Caminho de Santiago em Chaves. Perspetiva cultural

Dissertação de Mestrado
Português Língua Não Materna (PLNM), Português
Língua Estrangeira (PLE) e Língua Segunda (PL2)

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Carlos Pazos-Justo
e do
Professor Doutor Roberto Samartim

DECLARAÇÃO

Nome:

Deolinda Gonçalves de Freitas

Endereço electrónico:

deolinda.freitas6@gmail.com Telefone: 964849020

Número do Cartão de Cidadão: 10175432

Título dissertação:

Impactos do Caminho de Santiago em Chaves. Perspetiva cultural.

Orientador(es):

Professor Doutor Carlos Pazos-Justo e Professor Doutor Roberto Samartim

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado:

Português Língua Não Materna (PLNM), Português Língua Estrangeira (PLE) e Língua Segunda (PL2)

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 30/10/2018

Assinatura: Deolinda Gonçalves de Freitas

AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de gratidão são para os meus orientadores, o Professor Doutor Carlos Pazos-Justo, da Universidade do Minho, e o Professor Doutor Roberto Samartim, da Universidade da Corunha. Reconheço as suas palavras constantes de ânimo e estímulo.

Agradeço aos elementos do Grupo Galabra que me ajudaram também a fazer caminho com conselhos, críticas e observações. Um especial agradecimento à Professora Doutora Marisa Del Rio Araujo (Universidade de Santiago de Compostela), pela partilha de saberes e orientação no tratamento estatístico dos dados.

Agradeço a atenção e tempo dispensados por todos os proprietários, gerentes e empregados dos hotéis, pensões, cafés, bares e restaurantes das freguesias de Santa Maria Maior, Madalena-Samaiões e Santa Cruz/Trindade-Sanjurge que visitei e se disponibilizaram a partilhar as suas impressões e vivências.

Agradeço ainda à Catarina Chaves, técnica do Município de Vila Pouca de Aguiar, representante do conjunto de municípios que integram o Caminho Português Interior de Santiago (CPIS) e que, desde a primeira hora, se disponibilizou a fornecer toda a informação requerida.

À Câmara Municipal de Chaves, por último, na pessoa do seu vereador da cultura, Francisco Melo, agradeço a disponibilidade e atenção.

À minha família, marido e filho.

RESUMO

Impactos do Caminho de Santiago em Chaves. Perspetiva cultural.

Com o foco nos impactos do Caminho de Santiago, este trabalho perspetiva sobretudo conhecer o grau de visibilidade do Caminho Português Interior de Santiago; os seus impactos na cidade e no comércio local; os âmbitos de interação entre os peregrinos e a comunidade; os usos linguísticos dos comerciantes, equacionando a passagem do Caminho como uma oportunidade de aprendizagem informal de uma língua estrangeira; as políticas de promoção, acolhimento e aproveitamento das instituições públicas; e a posição ocupada pelo Caminho na identidade da cidade.

Com recurso a um corpus construído a partir de informes estatísticos e da aplicação de inquéritos a comerciantes locais do setor da hotelaria e restauração, das freguesias urbanas de Chaves, as decisões do quadro procedimental e metodológico acompanham o projeto de investigação do Grupo Galabra *Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos* (Universidade de Santiago de Compostela).

Os dados apontam para uma unanimidade no entendimento dos benefícios do Caminho paralelo a um desfasamento entre o impacto real da passagem dos peregrinos e o sentido pela comunidade. Sugerem escassas práticas de interação entre a comunidade e os peregrinos, traduzindo-se num impacto quase nulo no quotidiano dos locais. Revelam, quanto aos usos linguísticos, que são marcados pelo português, Língua Materna dos inquiridos, negando a hipótese do CPIS representar uma oportunidade de desenvolver competências linguísticas em língua estrangeira. Demonstram ainda a irrelevância do Caminho na identidade da comunidade, em detrimento da romanização, com impacto na construção de políticas públicas.

Palavras-chaves: Caminho Português Interior de Santiago, Chaves, impactos.

ABSTRACT

Impacts of Caminho de Santiago in Chaves. Cultural Perspective.

Focusing on the impacts of the Caminho e Santiago, this work intends mainly to know the degree of visibility of the Caminho Português Interior de Santiago; its impacts on the city and local commerce; the interaction areas between pilgrims, marketers and locals; the linguistic practices of marketers, questioning the passage of the Caminho as an opportunity to learn informally a foreign language; promotion, accommodation and development policies of public institutions; and the position occupied by the CPIS in the city's identity.

Based on a corpus built through statistic informs and the application of surveys to local marketers of hotels and catering sectors from the urban parishes of Chaves, the decisions of the procedure and methodological framework follow the Group's Galabra research project *Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos* (Universidade de Santiago de Compostela).

The data point to a unanimous understanding of the benefits of the Caminho and at the same time to a mismatch between the real impact of the pilgrims' passage and the sensed by the community. They suggest little interaction between the community and the pilgrims, resulting in almost no impact on the daily life of the local people. They also reveal, as for the linguistic uses, that they are marked by the Portuguese, Mother Language of the respondents, denying the hypothesis that CPIS represents an opportunity to develop foreign language skills. They also demonstrate the irrelevance of the Way in the identity of the community, to the detriment of Romanization, with an impact on the construction of public policies.

Key-words: Caminho Português Interior de Santiago, impactes, Chaves.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xiii
ÍNDICE DE TABELAS	xv
1.INTRODUÇÃO	17
2. QUADRO PROCEDIMENTAL E METODOLÓGICO	23
2.1 Seleção da amostra	23
2.2 Instrumento de recolha de dados	25
3. O ESTADO DA QUESTÃO	29
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	33
4.1 O município de Chaves: caraterização sociodemográfica.....	33
4.2 O Caminho Português Interior de Santiago	42
4.3. Descrição dos dados dos questionários.....	46
4.3.1. A- Caraterização sociodemográfica	47
4.3.2. B- Conhecimento do Caminho.....	51
4.3.3. C- Impactos do Caminho na cidade	54
4.3.4. D- Impactos do Caminho no comércio local.....	56
4.3.5. E - Interação dos comerciantes com os peregrinos	62
4.3.6. F- Interação da cidade com os peregrinos.....	65
4.3.7. G- Políticas das Instituições Públicas de promoção do Caminho	66
4.3.8. H - Políticas das instituições públicas para o acolhimento dos peregrinos.....	67
4.3.9. I - Políticas das instituições públicas para o aproveitamento do Caminho .	67
4.3.10. J - O Caminho e a identidade da cidade.....	68
5. SÍNTESE CONCLUSIVA	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Caminho Português Interior de Santiago.....	17
Figura 2 : Mapa das freguesias do concelho de Chaves.....	24
Figura 3: Base de dados elaborada a partir dos dados dos questionários.....	27
Figura 4: Mapa do Alto Tâmega.....	33
Figura 5: Mapa dos tramos do Caminho Português de Santiago.....	43
Figura 6: Mapa da cidade de Chaves.....	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de empresas por subsecção de tipologia de negócio.	47
Gráfico 2: Função dos inquiridos nas empresas visitadas.	48
Gráfico 3: Línguas que falam/entendem os inquiridos.....	50
Gráfico 4:Conhecimento do Caminho que atravessa o concelho.	53
Gráfico 5: Motivações dos comerciantes locais para fazer o Caminho.....	54
Gráfico 6: Benefícios do Caminho de Santiago para a cidade	55
Gráfico 7: Benefícios do Caminho para o comércio.	57
Gráfico 8 : Oportunidades de negócio não preenchidas.	58
Gráfico 9 : Tipo de clientela regular.....	59
Gráfico 10 : Tipo de clientela desejável.	59
Gráfico 11 : Consumo médio dos clientes.....	60
Gráfico 12 : Âmbitos de interação dos comerciantes e peregrinos.	62
Gráfico 13 : Línguas de interação entre comerciantes e peregrinos.....	63
Gráfico 14 : Necessidade de formação em línguas dos comerciantes locais.....	64
Gráfico 15 : Âmbitos de interação da cidade e os peregrinos.	65
Gráfico 16 : Medidas de promoção do Caminho.....	66
Gráfico 17: Medidas de acolhimento dos peregrinos.	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Número de empresas por subsecção de negócio e freguesia.	24
Tabela 2: Número de negócios a visitar.	25
Tabela 3: População residente entre 2001 e 2011.	34
Tabela 4: População residente e densidade populacional em 2011 por freguesia.	35
Tabela 5: Evolução da população residente entre 2011 e 2016.	35
Tabela 6: População residente em grandes grupos etários entre 2001 e 2011.	36
Tabela 7: Número de estrangeiros residentes em Chaves.	36
Tabela 8: Índice de envelhecimento entre 1960 e 2011.	37
Tabela 9: Saldo migratório entre 2011 e 2016.	37
Tabela 10: Nível de escolaridade da população residente em 2011.	38
Tabela 11: Número total de empresas por sector de atividade em 2014.	38
Tabela 12: População empregada por setores de atividade económica em 2011.	39
Tabela 13: Número total de empresas por freguesia do setor I em 2014.	39
Tabela 14: Número total de empresas por tipologia de negócio do setor I em 2014.	40
Tabela 15: Número total de estabelecimentos hoteleiros/Número de camas entre 2009 e 2014.	40
Tabela 16: Despesas em cultura e desporto em % do total de despesas entre 2011 e 2015.	41
Tabela 17: Número de peregrinos por ano oriundos de Chaves e Viseu. Entre 2010 e 2017.	46
Tabela 18: Número de peregrinos por mês oriundos de Chaves e Viseu em 2017.	46
Tabela 19 : Caraterísticas sociodemográficas dos respondentes.	49
Tabela 20: Contextos em que ouviu falar no Caminho.	52
Tabela 21: Número/Percentagem de peregrinos no Caminho Francês e Português entre 2015 e 2017.	53
Tabela 22: Número total de peregrinos por mês em 2016 e 2017.	54
Tabela 23: Atratividade dos equipamentos culturais.	55
Tabela 24 : Interações da localização no Caminho com a frequência com que os peregrinos visitam a cidade, os equipamentos culturais e reconhecem benefícios para a cidade.	56

Tabela 25: Interação da localização no Caminho com os benefícios para o comércio local.	57
Tabela 26: Interação da realização do Caminho com a percepção da oferta de alojamento.	57
Tabela 27 : Período de maior procura dos peregrinos.	61
Tabela 28 : Interação da realização do Caminho com o peso dos peregrinos na faturação.	61
Tabela 29 : Interação da realização do Caminho com a interação pessoal com o peregrino.	62
Tabela 30 : Interação entre os benefícios do Caminho para o comércio com a interação profissional entre comerciantes e peregrinos.	62
Tabela 31 : Disponibilidade para fazer formação em línguas por sexo.	64
Tabela 32: Elementos da identidade de Chaves.	68
Tabela 33: Elementos da identidade de Chaves em primeira opção.	69

1.INTRODUÇÃO

Em Portugal, as notícias da tradição do Caminho de Santiago são ainda anteriores à nacionalidade (Cunha, 2011). Em território nacional, o fluxo de peregrinos foi traçando percursos diversos que iam convergindo uns nos outros até desembocarem em duas grandes rotas em direção à Galiza: uma pelo litoral e outra pelo interior, na direção de Chaves (Silva, 2004). A desembocar em Chaves e partindo de Viseu (Alves, 2012) consolidou-se o CPIS, representado na figura 1.

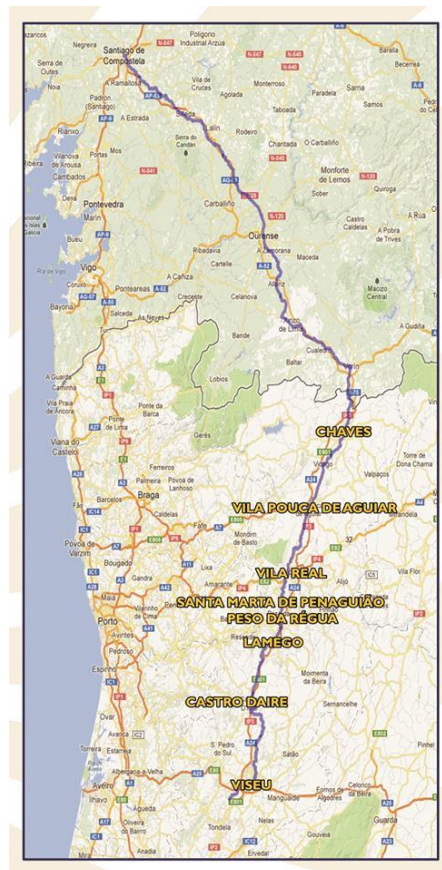


Figura 1: Mapa do Caminho Português Interior de Santiago.
Fonte: <http://cpisantiago.pt>.

Deste fenómeno conhecem-se inúmeros testemunhos: na literatura, nas artes plásticas, na arquitetura, na hagiografia e na toponímia, no costumeiro, no lendário, no adagiário, nas festas, nas histórias das paróquias e das devoções (Cunha, 2007).

As visitas papais de 1982 e 1989 e a decisão da UNESCO que, em 1985, declarou o centro histórico (cidade velha) de Santiago de Compostela Património Mundial e, em 1987, o Caminho de Santiago o primeiro Itinerário Cultural Europeu,

contribuíram para, não só aumentar exponencialmente o número de peregrinos, como para imprimir de forma indelével motivações culturais a estas viagens (Pazos-Justo, 2017; Pazos-Justo, Araújo & Samartim, 2017). Acrescentam Bello Vázquez e Torres Feijó (2013) que na realidade galega “The religious pilgrimage to Santiago de Compostela has, therefore, turned into focus and core of the touristic strategy for Galiza”, tornando-se a temática do Caminho muito apetecida, sobretudo pelo turismo, particularmente o religioso, e pelas autarquias que nela descobrem uma fonte de proventos e de protagonismo (Cunha, 2011; Martín-Duque, 2017; Pazos-Justo, 2017).

Exemplo disso é o protocolo firmado em Vila Pouca de Aguiar, a 7 de abril de 2011, pelos oito municípios percorridos pelo CPIS: Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, para criar um produto-experiência de turismo cultural e de peregrinação (Pereiro, 2017).

O facto de viver em Chaves, cidade marcada pelo culto de Santiago, como atesta o seu património histórico arquitetónico e a própria toponímia local (Alves, 2012), levou-nos a colocar como questões de partida os impactos do Caminho na comunidade local, aquando da apresentação do projeto de dissertação de Mestrado em Português Língua Não Materna (PLNM), Português Língua Estrangeira (PLE) e Língua Segunda (PL2). Revelar-se-á o Caminho como uma ameaça ou uma oportunidade? Que discursos, práticas e interações caracterizam o movimento de peregrinos ao seu passo por Chaves, nomeadamente que práticas e usos linguísticos o definem? Que políticas de promoção e acolhimento praticam as instituições públicas? Terão estas a ver com as línguas e a sua aprendizagem? Em que medida Chaves tem a sua identidade ligada ao Caminho?

A convite do Professor Doutor Carlos Pazos-Justo, coorientador do presente trabalho de investigação, passei a integrar o grupo Galabra-UMinho, que faz parte da rede Galabra de Estudos da Cultura, composta por grupos (USC, UMinho, UFG) e pessoal investigador de várias universidades da Galiza, Espanha, Portugal e Brasil, que se dedica a investigar as imagens, as ideias, os discursos e as práticas culturais construídas em relação a Santiago de Compostela e aos Caminhos de Santiago, com os projetos *Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos* (2011-2017), ao qual se vincula o presente trabalho, e *Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de santiago de Compostela* (2018-2021).

No primeiro encontro internacional da rede Galabra, realizado em Braga, na Universidade do Minho, em janeiro de 2017, apresentámos o projeto de investigação com o título “Impactos do Caminho de Santiago em Chaves. Perspetiva cultural”, centrado nos impactos do CPIS na cidade e no comércio local, inquirindo diferentes atores: peregrinos, locais/instituições e comerciantes através de questionários, que se construíram adaptados aos diferentes interlocutores.

A discussão do trabalho resultou no desenho de um estudo em profundidade dos impactos do Caminho de Santiago na cidade e no comércio local, limitando o seu corpus principal aos comerciantes dos setores económicos da hotelaria e restauração, implantados no universo geográfico limitado às três freguesias urbanas e semiurbanas do concelho, Madalena-Samaiões, Santa Maria Maior e Santa Cruz/Trindade-Sanjurje. Agendaram-se para fases futuras os estudos centrados nos restantes atores: peregrinos e locais/instituições.

Como objetivos gerais da pesquisa definimos: avançar no conhecimento e grau de visibilidade do Caminho de Santiago; conhecer os impactos do Caminho na cidade e no comércio local; conhecer os âmbitos de interação entre a cidade, os comerciantes e os peregrinos; conhecer os usos linguísticos dos comerciantes, perspetivando o Caminho como uma oportunidade para aprender uma língua estrangeira; conhecer as políticas de promoção, aproveitamento do Caminho de Santiago e acolhimento dos peregrinos, das instituições públicas, se estas têm alguma relação ou vinculação com a aprendizagem ou conhecimento de línguas; e perceber a relação entre a identidade da cidade e a presença do Caminho.

Nos objetivos específicos propusemo-nos a construir uma base de dados com o perfil socioeconómico dos inquiridos, com os respetivos discursos e práticas; analisar e contrastar discursos e práticas; descrever os impactos na comunidade local (na restauração e hotelaria) da passagem do CPIS, nas interações entre comerciantes e peregrinos, na definição de perfis linguísticos e nas políticas culturais de acolhimento e aproveitamento do Caminho; e estabelecer contrastes ou contínuos com o estado da questão. No horizonte está contribuir para a valorização do CPIS pela comunidade local e melhorar a qualidade da relação da cidade com os visitantes peregrinos.

Para além de constituído um *corpus* documental a partir de livros, teses, artigos, sítios da internet, elegemos um *corpus* firmado nos discursos dos comerciantes locais da restauração e hotelaria, negócios que respondem às necessidades básicas e mais urgentes de pernoita e alimentação dos peregrinos, implantados nas freguesias do centro

da cidade de Chaves, Madalena-Samaiões, Santa Maria Maior e Santa Cruz/Trindade-Sanjurje, dada a densidade populacional, a dinâmica económica e cultural, nomeadamente nos setores procurados pelos peregrinos, referidos atrás, proximidade geográfica das mesmas, passagem do Caminho e movimento dos peregrinos.

O quadro procedimental e metodológico assenta na seleção e leitura de bibliografia direcionada, com fim à extração de categorias; na consulta de sítios da *internet* para recolha de informação estatística; na construção e aplicação de questionários aos comerciantes da restauração e hotelaria, implantados nas freguesias da sede do concelho, conduzidos como entrevistas estruturadas, cujas questões foram organizadas em blocos temáticos, acompanhando orientações metodológicas do projeto principal da rede Galabra *Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos*; no tratamento estatístico da informação dos inquéritos, na observação empírica de alguns dados estatísticos reunidos; e na definição de categorias sobre os impactos do CPIS na comunidade.

Situa-se pois, o presente trabalho, num paradigma misto de pesquisa, quantitativo e qualitativo que poderá configurar-se como parte de uma resposta à falta de estudos centrados nas relações dos Caminhos e das comunidades, em Portugal, concretamente, nos seus impactos, da perspetiva dos locais.

A estrutura deste relatório caracteriza-se por um conjunto de cinco capítulos que dizem respeito à introdução, ao quadro procedimental e metodológico, ao estado da questão, à apresentação e análise de dados dos inquéritos e à síntese conclusiva.

Na introdução tratamos de apresentar a questão a que se dedica o trabalho, os objetivos definidos, bem como a motivação que nos levou a trabalhar este campo do conhecimento.

O quadro procedimental e metodológico sintetiza os procedimentos relativos à seleção da amostra, os comerciantes das freguesias urbanas da sede do concelho, e a construção do instrumento de recolha de dados, o inquérito por questionário.

No estado da questão procedemos à seleção e revisão de fontes bibliográficas e informes estatísticos que pudessem dar-nos conta do conhecimento produzido sobre os impactos do Caminho nas comunidades locais, nomeadamente, do usos línguísticos que caracterizam a interação entre locais e peregrinos.

No quarto capítulo descrevemos e analisamos os dados recolhidos, seguindo as secções em que se organiza o questionário. Antes da descrição dos dados, fizemos uma

caraterização socioeconómica do concelho de Chaves e do CPIS, tramo, etapas e rede de albergues.

Segue-se um capítulo dedicado à discussão e às conclusões, observando o estado da questão. Deixa-se também nota das fragilidades do trabalho, de rumos a seguir, expetativas e utilidade das conclusões no desenho das políticas públicas.

2. QUADRO PROCEDIMENTAL E METODOLÓGICO

No presente capítulo propomo-nos esclarecer os procedimentos seguidos no que toca à seleção da amostra e instrumento de recolha de dados para conhecermos as perceções da comunidade local em relação aos impactos do Caminho de Santiago. Numa primeira epígrafe, apresentaremos os comerciantes como informantes privilegiados e, numa segunda, o inquérito por questionário como o instrumento a aplicar.

2.1 Seleção da amostra

De entre os diferentes agentes locais cujos discursos e práticas nos permitiriam conhecer os impactos da passagem do CPIS, peregrinos, instituições, comerciantes e locais, entendemos inquirir os comerciantes, desde logo porque se optou por um estudo em profundidade, adiando para trabalhos futuros a consulta de outros intervenientes. Deriva também esta opção dos discursos públicos e académicos que os definem como informantes privilegiados (Santos, 2011; Duarte, 2016; Martín-Duque, 2017; Remoaldo & Cadima Ribeiro, 2017; Pazos-Justo, Del Rio & Samartim, 2018). Acresce que, aquando da aplicação do questionário pré-teste, passado a locais e comerciantes, se observou um empenhamento maior dos comerciantes, ao responder a todas as questões e uma motivação igualmente elevada traduzida no registo de observações, críticas e sugestões, na última página do questionário.

Em particular, elegemos os comerciantes da Secção I das Atividades Económicas, ou seja, Alojamento, Restauração e Similares (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, do Instituto Nacional de Estatística), por corresponderem às necessidades mais básicas e urgentes de pernoita e alimentação, com que se confronta qualquer peregrino, onde se incluem hotéis, pensões, restaurantes, bares e cafés.

Geograficamente, limitámos o estudo a negócios implantados nas três freguesias do centro da cidade, (Madalena-Samaiões, Santa Maria Maior e Santa Cruz/Trindade-Sanjurge), cuja escolha se prende sobretudo com as características socioeconómicas dessas freguesias: maior densidade populacional, mais população censada e localização preferencial de negócios dos setores da hotelaria e restauração e serviços focados no peregrino. Entende-se ainda pela passagem reconhecida do Caminho e proximidade geográfica das mesmas, assinaladas no mapa apresentado a seguir.

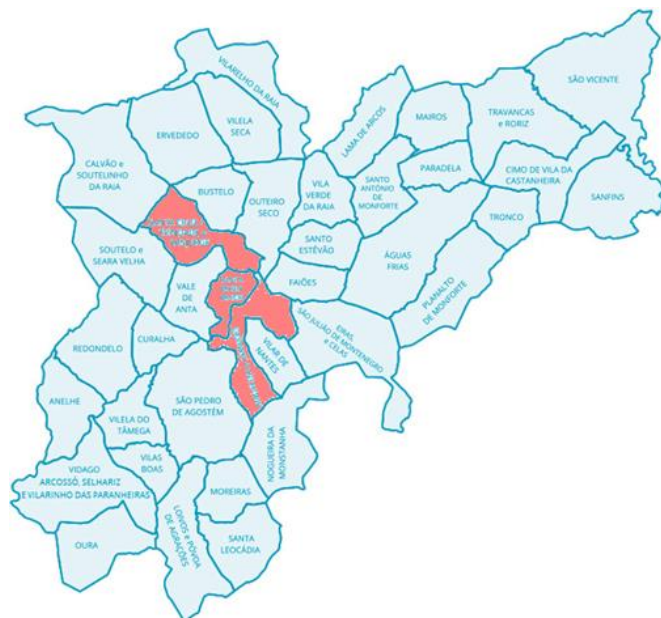


Figura 2 : Mapa das freguesias do concelho de Chaves.
 Fonte: Adaptado de: <http://www.chaves.pt/pages/141>.

A operar, nos seus limites territoriais, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) identificaram-se 213 empresas, entre hotéis, pensões, restaurantes, cafés, bares, comidas para levar e outros estabelecimentos de bebidas com ou sem espetáculo, dum total de 2.321 empresas, nos setores do Alojamento, Restauração e Similares. Destas 213 selecionaram-se 203, uma vez que se limitou a pesquisa às quatro primeiras subsecções de atividade, representadas no quadro abaixo. A verificação empírica a que se procedeu, posteriormente, atualizou para 210 negócios, distribuídos conforme mostra também a tabela n.º 1.

	Santa Cruz/Trindade-Sanjurje	Santa Maria Maior	Madalena-Samaiões
	Hotéis/pensões: ---	Hotéis/pensões: 17	Hotéis/pensões: 5
	Restaurantes: 3	Restaurantes: 24	Restaurantes: 9
	Bares/cafés: 18	Bares/cafés: 109	Bares/cafés: 15
	Comidas p/ levar: 1	Comidas p/ levar: 7	Comidas p/ levar: 2
Total	22	157	31

Tabela 1: Número de empresas por subsecção de negócio e freguesia.
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e verificação empírica.

A partir do total aferido e pretendendo assegurar um nível de confiança de 90% dos resultados ($Z=1,645$; $d=0,1$), calculámos ser necessário visitar 95 destes negócios, respeitando a percentagem que cada freguesia e subsecção (hotéis/pensões, restaurantes, bares/cafés e comidas para levar) representam no total, conforme se constata na tabela seguinte.

Z ²	Z ² *p*q	N.º	N*Z ² *p*q	d ²	(N-1)	d ² (N-1)	d ² (N-1)+Z ² *p*q	N*Z ² *p*q/[d ² (N-1)+Z ² *p*q]
2,706025	0,676506 25	22	14,883137 5	0,0 1	21	0,21	0,886506	16,78853
		36	24,354225		35	0,35	1,026506	23,72535
		142	96,063887 5		141	1,41	2,086506	46,04055
		10	6,7650625		9	0,09	0,766506	8,825841
Total		210						95,38027

Tabela 2: Número de negócios a visitar.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e verificação empírica.

O número de comércios a inquirir por cada secção de negócio e freguesia distribui-se aleatoriamente pelo universo geográfico da pesquisa, o que significa que não se limitou o estudo aos comerciantes vinculados ao traçado oficial sinalizado do Caminho. Como se percebe também dos dois quadros anteriores, o maior número de empresas concentra-se na freguesia de Santa Maria Maior e a secção mais representada é a dos cafés e bares. Respeitando essas proporções, foram aplicados 95 questionários, cujos dados foram compilados numa base de dados e tratados estatisticamente.

2.2 Instrumento de recolha de dados

O inquérito por questionário foi o instrumento de recolha de dados utilizado (Anexo 2), seguindo orientações metodológicas do projeto de investigação *Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos*” da rede Galabra, ao qual se vincula o presente trabalho, e que o privilegiou na coleta de dados.

Os questionários foram aplicados aos comerciantes locais, selecionados de acordo com os procedimentos acima apontados, dos setores da hotelaria e restauração, entre os meses de maio e julho de 2017.

De modo a corrigir eventuais problemas relacionados, essencialmente, com a pertinência, organização e clareza das questões, ou seja, a deteção de perguntas-problema, de incoerências, aumentando a validade do instrumento, foi aplicado um questionário pré-teste a um grupo de quatro respondentes: dois comerciantes com vínculo ao caminho e dois locais.

A informação recolhida foi depois compilada numa base de dados, a fim de ser tratada estatisticamente, aplicando o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Organizaram-se as questões do inquérito em blocos, de A a J, combinando-se

tipologias de resposta aberta, posteriormente categorizadas na base de dados, e fechada, dicotômicas ou em escala, perseguindo princípios de clareza, coerência e neutralidade.

Um primeiro bloco de caracterização sociodemográfica e os seguintes centrados na relação dos respondentes com o Caminho: o seu conhecimento e impactos na comunidade, a interação entre informantes, locais e os peregrinos, políticas de promoção e aproveitamento e peso na identidade da cidade. Depois das questões iniciais de género, idade, habilitações, línguas que fala/entende, naturalidade e residência do bloco A, o segundo (bloco B) diz respeito ao conhecimento que os respondentes têm do Caminho, o contexto em que chegou ao seu conhecimento, se conseguem identificar o Caminho que passa em Chaves, uma rua ou lugar, se já fizeram o Caminho, que Caminho fizeram, quando, quantas vezes e perseguindo que motivações. O bloco C refere-se aos impactos do Caminho na cidade, onde se começa por perguntar se os peregrinos visitam e conhecem equipamentos culturais da cidade, se os mesmos são atrativos, em que medida são frequentados pelos peregrinos, se o Caminho beneficia a cidade, em que medida, solicitando-se exemplos de benefícios e desvantagens. No bloco D caracterizam-se os impactos do Caminho no comércio local. Pergunta-se se o Caminho beneficia ou prejudica o comércio local, solicitam-se também exemplos de benefícios e desvantagens, que quantifiquem a oferta comercial e de serviços para os flavienses e para os peregrinos, que identifiquem oportunidades de negócio, que caracterizem o tipo de clientela regular, o tipo de clientela desejado, o consumo médio dos clientes, o tipo de produtos que mais se consomem por locais e peregrinos, o período em que recebem mais peregrinos, o peso que representam na faturação, os períodos de maior faturação e o valor da faturação mensal. No bloco E, que vai diretamente ao encontro dos objetivos específicos do trabalho, relativos a questões linguísticas, caracteriza-se grau de interação de comerciantes e peregrinos, âmbitos e línguas de interação, o grau de competência em cada uma das línguas, o grau de conhecimento do português dos peregrinos estrangeiros, com base nas habilidades definidas no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) da interação/produção oral e compreensão oral, necessidades e disponibilidade de formação em línguas. O bloco F avança para o nível de interação da cidade com os peregrinos, inquirindo se a sua passagem altera ou modifica o dia a dia de cada um/a e da cidade. Segue-se com as políticas de promoção do Caminho de Santiago, no bloco G, ao questionar a necessidade de as instituições públicas desenvolverem ações destinadas à promoção do Caminho, solicitando-se exemplos de medidas desenvolvidas pela autarquia, Eurocidade e governo. O bloco H

desenvolve as políticas de acolhimento dos peregrinos, questionando se as instituições públicas devem desenvolver ações de acolhimento, com sugestões de medidas e de entidades responsáveis. As políticas das instituições públicas de aproveitamento do Caminho retratam-se no bloco I, perguntando em que medida contribuem a autarquia, a Eurocidade e governo para o aproveitamento do Caminho. O último bloco (J) relaciona o Caminho com a identidade de Chaves, ao pretender conhecer o peso que tem na conformação da identidade do país e da cidade. Solicitam-se ainda elementos que definam a identidade de Chaves. Na última página é deixado um espaço livre para críticas e sugestões para os respondentes e outro para impressões da investigadora.

Os dados foram compilados numa base de dados, organizada respeitando a numeração das questões e blocos temáticos, que permitiu o tratamento estatístico da informação, aplicando o SPSS. Algumas das questões, como por exemplo, o Código da Atividade de Negócio (CAE), foram categorizadas, ação que se assinalou a cor diferente, como se vê na imagem.

LOCALIZAÇÃO NO CS	Pergunta	1.	1.1.	1.2.	2.	3.	4.	5.	5.1.	6.	6.A	6.B	7.	8.	9.	
LOCALIZAÇÃO NO CS	Etiqueta	CAE	CODIFICAÇÃO 1	LOCALIZAÇÃO	DATA INSTALAÇÃO	RESPONDENTE	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	OUTRAIS	LÍNGUAS QUE FALA	LÍNGUAS QUE FALA	LÍNGUAS QUE FALA	NATURALIDADE	RESIDÊNCIA	OUVIU FALAS NO CS
NÃO	INQ.1	I56	restauração	Rua do Tabolado	1960	proprietário	M	63	secundário		espanhol	inglês	francês	S. M. Maior	S. M. Maior	sim
NÃO	INQ.2	I56	restauração	Rua do Tabolado	1992	empregado	F	41	secundário		espanhol	inglês	francês	S. M. Maior	Duteiro Seco	sim
NÃO	INQ.3	I56	restauração	Bairro da Trindade	2000	proprietário	M	50	3º ano		espanhol			Santo Tirso	Vila Nova	sim
SIM	INQ.4	I56	restauração	Largo 8 de julho	2013	empregado	F	29	secundário		espanhol			S. M. Maior	S. M. Maior	sim
NÃO	INQ.5	I56	restauração	Av. Raposeira	1999	proprietário	F	58	4º ano		espanhol			Valpaços	S. M. Maior	sim
NÃO	INQ.6	I56	restauração	Rua das Longras	2006	empregado	F	32	secundário		espanhol			S. M. Maior	NR	sim
NÃO	INQ.7	I56	restauração	Largo de S. António	2014	proprietário	F	53	secundário					Valpaços	S. M. Maior	sim
SIM	INQ.8	I56	restauração	Av. D. João I	2006	empregado	F	32	secundário		espanhol,	inglês		S. M. Maior	Vidago	sim
NÃO	INQ.9	I56	restauração	Av. Xavier Teixeira	2000	empregado	F	42	secundário		espanhol	francês		Angola	S. M. Maior	sim
NÃO	INQ.10	I56	restauração	Rua Família de	2007	empregado	M	48	secundário		espanhol	inglês		S. M. Maior	S. M. Maior	sim

Figura 3: Base de dados elaborada a partir dos dados dos questionários.

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados construída com os dados dos inquéritos.

3. O ESTADO DA QUESTÃO

Pretende-se, neste capítulo, uma aproximação ao conhecimento existente sobre os impactos dos Caminhos de Santiago nas comunidades locais, especificamente do Caminho Português Interior.

A revisão bibliográfica começa por dizer-nos que são poucas ainda as investigações empíricas realizadas sobre os impactos dos Caminhos de Santiago (Martín-Duque, 2017) e que, no que toca a projetos centrados no CPIS, na interação linguística entre locais e peregrinos, objetivo central deste trabalho, a pesquisa feita não devolveu resultados, apontando o seu caráter inovador.

No entanto, tratando os impactos dos Caminhos de Santiago, ainda que espacialmente circunscrito a Santiago de Compostela, no seio da rede Galabra, importa destacarmos o projeto *Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos*, desenvolvido entre 2011 e 2017, acessível em <https://redegalabra.org>, ao qual se vincula o presente trabalho. Propõe-se conhecer as imagens, as ideias, os discursos e as práticas culturais construídas em relação a Santiago de Compostela e aos Caminhos de Santiago, conhecer as ideias dos visitantes, como estas se relacionam com os produtos culturais e literários, e com as vivências e ideias geradas na comunidade local, através de diferentes suportes: obras literárias, guias e diários de viagem, blogues e sítios *web*, revistas, filmes e documentários, de forma a contribuir para melhorar a qualidade e a sustentabilidade da relação da cidade de Santiago e os seus visitantes.

No âmbito deste projeto, identificam-se 48 resultados: 59% são trabalhos académicos da equipa investigadora de 11 elementos, 33% são congressos e 8% diz respeito a publicações, sintetizados em Samartim, Pazos-Justo (2018). Em termos de produção anual, os anos de 2014, 2015 e 2016 revelaram-se os mais prolíferos.

Suportado por um corpus principal construído a partir de inquéritos a visitantes, comerciantes e comunidade local, os resultados apontam para uma unanimidade do Caminho e *reinventio* das políticas culturais, um desfasamento entre produção, consumos e práticas de locais e turistas, a invisibilidade da população e cultura local, a centralidade da catedral e uma endogamia da cultura do Caminho.

Ainda relacionado com a temática em estudo neste trabalho está a pesquisa de Pereiro (2017) *Turipererinos portugueses no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela*, que se centra nas motivações, pós-experiências e sentidos que os

peregrinos atribuem à peregrinação. Para interpretar estas questões informa que se realizaram 32 entrevistas em profundidade, com peregrinos portugueses que fizeram o Caminho nos últimos anos, residentes e naturais do Norte de Portugal, à exceção de um caso. Reconhecidas as multimotivações que conduzem à peregrinação, além do esbatimento das diferenças entre turismo e peregrinação, o CPIS é apresentado, nas conclusões, como uma potencial alternativa aos outros Caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela, já que alguns se massificaram (Martín-Duque, 2017; Pereiro, 2017).

A propósito da visibilidade do Caminho Português, que os números apresentados sugerem, Pazos-Justo (2017: 86) aponta:

A emergência do Caminho de Santiago e de Santiago de Compostela como meta dos Caminhos faz-se sentir também em Portugal por várias vias (Medeiros, 2016). O número de peregrinos, portugueses ou de outras nacionalidades, que escolhem o Caminho Português está a crescer notoriamente, ao ponto de se constituir como a segunda rota jacobea mais procurada depois do Caminho francês (Pazos-Justo, 2017: 86). (...) Da intervenção do diretor da Sociedade Anónima de Xestión do Plan Xacobeo, Rafael Sánchez Bargiela, no seminário “*Turismo masivo e patrimonio. Convergencias e divergencias dun diálogo posible*” organizado pelo Conselho da Cultura Galega em Santiago de Compostela, e 6 a 7 de julho, pode-se concluir que a organização gestora dos Caminhos na Galiza, face à massificação do Caminho Francês, está a promover o Caminho Português como rota alternativa. É expectável, portanto, um crescimento acusado do número de utentes desta rota durante os próximos anos, até porventura, a ponto de se massificar como o Caminho Francês.

Neste seguimento refira-se que, à parte dos títulos que fazem a historiografia do culto e das vias de peregrinação a Santiago em Portugal, (Cunha, 2006, 2007 e 2011; Moreno, 1986; Marques, 1989 e 2006; Silva, 2004), o Caminho de Santiago tem, no entanto, gerado análises, estudos e pesquisas nas mais diversas áreas do saber, nesta última década. São, por exemplo, numerosos os estudos filiados nas áreas do turismo religioso e cultural (Nadais, 2010; Lima, 2011; Maia, 2010; Gonçalves, 2012; Pardelha e Padín, 2014; Duarte, 2016), explorando as suas relações com o património e o desenvolvimento local; na etnografia (Mendes, 2009; Gomes, 2012); na área da iconografia (Alves, 2012); na arquitetura e *design* (Santos, 2015; Pimenta, 2016; Costa, 2015; Pina, 2013), sugerindo o desenvolvimento de abrigos mínimos de apoio aos

peregrinos ao longo de determinados tramos dos Caminhos; na área das novas tecnologias da comunicação e informação (Marques Pereira, 2014; Antunes, 2016), promovendo o uso de aplicações móveis nas peregrinações; na didática (Silva, 2017); ou na área da geografia/geologia (Bastos, 2012), que fazem a descrição dos tramos e seus territórios.

Deste conjunto, pelo foco particular no CPIS, destacaram-se os estudos de Alves (2012), *A Antevisão do Peregrino na Iconografia de São Tiago no Caminho Português de Santiago entre Viseu e Chaves. Subsídios para a criação de uma rota turística*, e de Pina (2013) intitulado *Abrigos em percursos de peregrinação: abrigos mínimos em Chaves e Montalegre*. O primeiro, focado no percurso que liga Viseu a Chaves, respetivamente, primeira e última etapas do CPIS em território nacional, apresenta uma proposta de rota iconográfica, explorando a imagética associada a São Tiago. No segundo, a autora desenvolve uma proposta de abrigo mínimo para o CPIS, nomeadamente nos concelhos de Chaves e Montalegre, num sistema modular e adaptável. Pela perspetiva e quadro procedimental e metodológico, afim deste estudo, vale a pena também destacar a investigação *Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos* (Duarte, 2016), concelho que mais títulos agrega, pois envolveu a aplicação de inquéritos por entrevista e questionário, aos principais atores da realidade em análise: peregrinos, entidade turística municipal e agentes económicos ligados ao ramo da hotelaria, restauração e serviços, pretendendo demonstrar que existe uma fortíssima relação dialética entre o Caminho e a emergente dinâmica turística da região. O estudo demonstra que o Caminho é um forte vetor de promoção da cidade, isto é, constitui uma oportunidade de desenvolvimento turístico da região, dos agentes da hotelaria e restauração.

Pardellas & Padín (2014) voltam também a sua atenção para o Caminho Português de Santiago, ainda que no seu tramo galego, procurando respostas para os efeitos do fenómeno jacobeu no desenvolvimento local, através de uma aproximação a todos os municípios, das suas páginas *Web*, cuja conclusão mais interessante aponte para a falta de uma estratégia individual de promoção do Caminho da maioria dos municípios.

Sobre o concelho de Chaves, área de intervenção do presente trabalho, destacamos um estudo de caso que se propõe avaliar os impactos da constituição da Eurocidade Chaves-Verín, no desenvolvimento regional, questionando se os resultados

dessa cooperação resolvem, de facto, assimetrias e potencia o desenvolvimento do território, cujas conclusões remetem para a importância do capital social/relacional no contexto da cooperação transfronteiriça (Silva, 2015).

Campos, Batista & Latif (2014) tomam também Chaves como espaço privilegiado de investigação para desenvolverem um estudo de caso sobre políticas públicas culturais. Reconhecendo a importância da cultura como potenciadora de receita e impulsionadora do desenvolvimento local propõem-se, através da leitura e interpretação de 120 atas da autarquia, seleccionar todos os conteúdos relativos à cultura e às artes, entre 2007 e 2011, distinguindo os públicos a que se destinam e a tipologia das atividades. Na sua análise, o Caminho de Santiago surge citado apenas uma vez, como uma atividade inserida em protocolos, que se destina aos turistas, em 2011, numa clara referência ao protocolo assinado pelos oito municípios que o CPIS atravessa, com vista à sua marcação e dinamização, em detrimento de uma aposta em obras de preservação, restauro de imóveis e construção de novos equipamentos culturais (Museu das Termas Romanas e Fundação Nadir Afonso).

A título de síntese, constata-se que este é campo aberto a múltiplas e interdisciplinares abordagens mas que, em Portugal, no que toca aos impactos dos Caminhos de Santiago, em particular do CPIS, nas comunidades locais, especialmente versando a interação linguística entre peregrinos e locais, faltam estudos que permitam avançar no conhecimento dessa temática. Esta ausência, em parte, poderá dever-se à recente história de vida do CPIS, uma vez que só a partir de 2011 começou a merecer a atenção dos municípios portugueses que atravessa, desbloqueada pelo protocolo de intenções que celebraram nesse ano esses municípios.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Depois de aplicados os 95 questionários pelos comércios da hotelaria e restauração, das freguesias da sede do concelho de Chaves, o presente capítulo dedica-se à apresentação e análise dos dados. Faz-se, no entanto, previamente, uma caracterização sociodemográfica do concelho e uma descrição genérica do CPIS: tramo, etapas e rede de albergues.

4.1 O município de Chaves: caracterização sociodemográfica

Chaves é a segunda maior cidade do distrito de Vila Real, situada no extremo norte do território nacional, na província de Trás-os-Montes, a 12 Km da Galiza. Eleva-se a uma altitude média de trezentos e cinquenta metros, enquadrada pela Padrela, a sudeste pelo Brunheiro e a noroeste pelo Larouco, a segunda serra mais alta de Portugal continental. Integra, atualmente, o Alto Tâmega, uma sub-região estatística de nível III (NUTS III - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) da Região do Norte de Portugal. Faz fronteira com os concelhos vizinhos de Boticas, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, como reproduz a figura n.º 4. A norte liga com a Galiza.



Figura 4: Mapa do Alto Tâmega.
Fonte: <http://www.chaves.pt/pages/141>.

Desde 2007, protocolou com Verín, município raiano da província de Ourense, um projeto europeu de cooperação transfronteiriça, a Eurocidade Chaves-Verín, uma cooperação de proximidade, através dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), de forma a promover a convergência institucional, económica, social, cultural e ambiental entre as duas cidades que passam a utilizar o efeito fronteira

como uma oportunidade de desenvolvimento territorial e socioeconómico. Na sua Agenda Estratégica, a Eurocidade definiu três eixos de intervenção para o período de 2007-2013: 1) eurocidadania, através de uma zona franca social, com partilha de alguns serviços públicos (ex. saúde, cultura) e aposta na criatividade; 2) território sustentável, através do desenvolvimento de uma “cidade ecológica do Tâmega”, o planeamento territorial cooperativo e um transporte público transfronteiriço; 3) a dinamização económica, através da promoção de um destino turístico termal de excelência, a dinamização do comércio, o desenvolvimento do posicionamento da Eurocidade como plataforma logística, e a valorização dos recursos endógenos. Uma das primeiras iniciativas da Eurocidade foi a criação de uma Agenda Cultural conjunta, agrupando os eventos dos dois municípios numa pequena publicação mensal. Outra das iniciativas foi a criação do cartão do eurocidadão, que oferece descontos num conjunto de equipamentos sociais (piscina, termas, biblioteca, etc.) em ambas as localidades, que se pretendiam estender, posteriormente, à área comercial.

Chaves é sede de um concelho que se estende por 591,32 km², repartido por 39 freguesias, depois da última reforma administrativa nacional de 2013. Santa Maria Maior é a única freguesia urbana (secção com densidade populacional superior a 500 habitantes por km² ou lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes), atribuindo-se uma classificação de semiurbanas às duas outras freguesias que constituem espaço sociogeográfico em estudo, Madalena-Samaiões e Santa Cruz/Trindade-Sanjurje (ver atrás a figura n.º 2).

Segundo os últimos Censos, de 2011, a população residente estima-se em 41.281 habitantes, o que representa aproximadamente 44% do total da população do Alto Tâmega, conforme se constata na tabel n.º 3.

Territórios		População residente	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	10 362 722	10 557 560
NUTS I	Continente	9 874 675	10 044 484
NUTS II	Norte	3 688 037	3 690 405
NUTS III	Alto Tâmega	104 342	94 003
Município	Chaves	43 563	41 281

Tabela 3: População residente entre 2001 e 2011.

Fonte: PORDATA.

Nas freguesias de Santa Maria Maior, Madalena-Samaiões e Santa Cruz/Trindade-Sanjurge residem cerca de 18.000 habitantes, aproximadamente 40% da população total do concelho. Em Santa Maria Maior por volta de 12.000 habitantes, numa área com 5,63 km²; na Madalena-Samaiões 2.699, numa área total de 13,99 km², e em Santa Cruz-Trindade-Sanjurge 3.430, numa área total de 13,38 km². Na tabela seguinte podemos observar a população residente nestas três freguesias, bem como a respetiva densidade populacional.

Territórios Freguesias	População residente / Densidade populacional	
	Santa Maria Maior	12 019
Madalena-Samaiões	2 699	190,8 hab./km ²
Santa Cruz/Trindade-Sanjurge	3 430	256,4 hab./km ²

Tabela 4: População residente e densidade populacional em 2011 por freguesia.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE.

A União das Freguesias de Madalena e Samaiões foi constituída em 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, pela agregação da antiga freguesia de Madalena, onde se situa a sua sede, e a maior parte da antiga freguesia Samaiões. A União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge foi também constituída em 2013, em resultado da agregação das antigas freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge e tem a sede na Cocanha.

Os Censos também informam uma tendência de decréscimo da população residente (de 43.563 residentes, em 2001, para 41.281, em 2011), variação transversal a todos os municípios do Alto Tâmega, bem como da densidade populacional que era, em 2001, de 73,8 indivíduos por km² e passa, em 2011, a 69,8 indivíduos. As Estimativas Anuais da População Residente (PORDATA), feitas até 2016, apresentadas na tabela abaixo, demonstram o contínuo declínio do número de residentes no município.

Territórios	Evolução da população residente							
	Âmbito Geográfico	Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Município	Chaves		41 281	41 064	40 788	40 527	40 260	39 910

Tabela 5: Evolução da população residente entre 2011 e 2016.

Fonte: PORDATA.

Analisando a população em grandes grupos etários, calcula-se, segundo a tabela abaixo, que uma percentagem de 63% esteja em idade ativa. Mais exatamente, dos 15 aos 65 anos, 26.357 indivíduos. Com mais de 65, 9.995 e dos 0 aos 14 anos contam-se 4.929 indivíduos, o grupo menos numeroso.

Territórios		Grandes grupos etários							
		Total		0-14		15-64		65+	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Município	Chaves	43 563	41 281	6 284	4 929	28 569	26 357	8 711	9 995

Tabela 6: População residente em grandes grupos etários entre 2001 e 2011.
Fonte: PORDATA.

Medida por sexo, a população é dividida da seguinte forma: 19.738 indivíduos do sexo masculino e 21.505 do sexo feminino, ainda segundo os Censos de 2011, o que poderá adiantar um retrato dos informantes acentuadamente feminino.

Ainda sobre a população, importa quantificar os residentes estrangeiros do concelho, tendo em vista conhecer as respetivas nacionalidades e línguas maternas em uso. O Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2016) do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (<https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>) informa que as quatro nacionalidades mais representadas dos residentes estrangeiros são, em primeiro lugar a brasileira, em segundo a espanhola, em terceiro a chinesa e em quarto a ucraniana, como se vê na tabela n.º 7, o que implica a convivência do português com outras línguas maternas como o espanhol, mandarim e ucraniano.

Distrito	Total	TRs	VLDs	Homens	Mulheres
Total Distrito	1938	1896	42	884	1054
Total Concelho Chaves	454	454		179	275
Brasil	136	136		35	101
China	53	53		24	29
Espanha	88	88		38	50
Ucrânia	36	36		17	19

Tabela 7: Número de estrangeiros residentes em Chaves.
Fonte: Adaptado de Sefstat.

Ainda que não estejam censados, a frequência de cerca de 200 alunos da Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado, dos quais, aproximadamente, 50% com naturalidade na Galiza (http://www.eschaves.pt/documentos/Relatorio_Atividades_2017.pdf) contribui para o retrato de um convívio do português e do espanhol ou da variante galega do português.

Outro dado tido em conta é que, na NUTS III, Chaves é o município que apresenta o mais baixo índice de envelhecimento, invertendo-se contudo a tendência quando comparado com municípios do Minho, como o Cávado, Ave e Área Metropolitana do Porto. Em média, esse índice é ainda superior ao índice do Norte e de Portugal Continental. A tabela a seguir disponível mostra também que o índice se agrava mais visivelmente a partir de 2001, em todos os âmbitos geográficos.

Territórios		Índice de envelhecimento			
Âmbito Geográfico	Anos	1960	1981	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	27,3	44,9	102,2	127,8
NUTS II	Norte	20,2	33,9	79,8	113,3
NUTS III	Alto Tâmega	17,4	43,4	157,3	243,3
Município	Chaves	17,8	42,1	137,8	200,7

Tabela 8: Índice de envelhecimento entre 1960 e 2011.
Fonte: PORDATA.

Como a tabela n.º 5 nos leva a identificar uma tendência de diminuição da população residente, será legítimo também aferir que o índice de envelhecimento da população, a todos os níveis territoriais continuará, por sua vez, a subir, acarretando alterações, por exemplo, na configuração dos grupos etários da população e num envelhecimento mais acelerado. Quanto ao saldo migratório, até 2011 era positivo, sendo o número de emigrantes inferior ao número de imigrantes, como se vê na tabela seguinte.

Territórios		Saldo migratório					
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Município	Chaves	125	-4	13	-61	9	-139

Tabela 9: Saldo migratório entre 2011 e 2016.
Fonte: PORDATA.

Relevante para o estudo é ainda o nível de escolaridade da população flaviense. Tomando como referente a mesma década censitária, de 2001 a 2011, os dados revelam que 13,5% da população se apresenta sem qualquer nível de escolaridade, até 2011, e 31,9% tinha apenas o 1.º Ciclo, nível mais representativo. Com o secundário regista-se uma percentagem de 14,7%, o que configura uma população com baixas competências escolares, limitando, por exemplo, a sua capacidade de interação com turistas e peregrinos em língua estrangeira. No entanto, com estudos superiores, Chaves regista uma percentagem de 12%, superior à do Alto Tâmega e à de cada um dos seus municípios.

Territórios		Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Superior
NUTS III	Alto Tâmega	18,4	35,4	11,3	14,2	11,7	8,5
Município	Chaves	13,5	31,9	10,9	16,3	14,7	12,0

Tabela 10: Nível de escolaridade da população residente em 2011.
Fonte: PORDATA.

Socioeconomicamente Chaves é um concelho cujos setores de atividade predominantes são o comércio por grosso e retalho (Sector G), o sector agrícola (Sector A), proporcionado pela veiga do Tâmega de 18.000 hectares, e o alojamento e restauração (Sector I), o terceiro com mais negócios, como prova a tabela n.º 11.

Territórios		Setores de atividade económica															
		Total	A	B	C	F	G	H	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Município	Chaves	4 249	850	11	214	323	951	86	420	24	47	299	221	285	247	85	179

Tabela 11: Número total de empresas por sector de atividade em 2014.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PORDATA.

O sector terciário, onde se inscrevem o comércio, a hotelaria e restauração, entre outros, apresenta, além do maior número de empresas, o maior número de pessoas empregadas, como se vê na tabela seguinte.

Territórios		População empregada por setores de atividade económica			
		Total	Primário	Secundário	Terciário
Município	Chaves	13 995	872	2 712	10 411

Tabela 12: População empregada por setores de atividade económica em 2011.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PORDATA.

Sabe-se que em todo o concelho estão sediadas 4.249 empresas, segundo os últimos dados do INE/PORDATA, até 2014. Destas, 2.321, ou seja, 54%, localizam-se nas três freguesias urbanas e semiurbanas de Santa Maria Maior, Madalena-Samaiões e Santa Cruz/Trindade-Sanjurje. Encontram-se 1.633 em Santa Maria Maior, na Madalena-Samaiões e Santa Cruz/Trindade-Sanjurje operam cerca de 300 empresas. Os setores de atividade mais representados, neste âmbito geográfico, são os do comércio a grosso e retalho e o alojamento e restauração.

Do total de empresas das três freguesias, importa separar 213 da secção I (Alojamento, Restauração e Similares), empresas que respondem às imediatas necessidades de alimento e pernoita dos peregrinos e cujos agentes constituem interlocutores privilegiados entre o investigador e a comunidade, pretendendo-se conhecer os impactos dos discursos e práticas dos peregrinos. Veja-se, na tabela n.º 13, a sua distribuição nas freguesias que constituem o espaço de intervenção desta pesquisa.

Territórios/ Freguesias	N.º total de empresas por freguesia
Santa Maria Maior	160
Madalena-Samaiões	32
Santa Cruz/Trindade-Sanjurje	21
Total	213

Tabela 13: Número total de empresas por freguesia do setor I em 2014.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE.

Importa referir que quase 75% destes negócios produzem a sua atividade em Santa Maria Maior, 15% na Madalena-Samaiões e os restantes 10% em Santa Cruz/Trindade-Sanjurje. Os bares e cafés são os negócios predominantes, seguidos dos restaurantes e, por último, hotéis e pensões, conforme a tabela n.º 14 indica.

Tipologia de negócio	N.º total de empresas
Hotéis, pensões	19
Restaurantes	30
Cafés	121
Bares	21
Comidas para levar	12
Outros estabelecimentos de bebidas	10
Total	213

Tabela 14: Número total de empresas por tipologia de negócio do setor I em 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE.

Tendo em conta as necessidades mais urgentes do peregrinos, de alimento e pernoita, do conjunto das 213 empresas, foram selecionadas 203, que dizem respeito apenas às quatro primeiras categorias de negócio, a saber: hotéis/pensões, restaurantes, cafés, bares e comidas para levar, número atualizado para 210, depois de uma observação empírica realizada antes da aplicação dos questionários.

No setor do alojamento, o quadro seguinte mostra que Chaves oferece 64% do número de estabelecimentos hoteleiros em relação ao Alto Tâmega e 77% do número de camas da região.

Territórios		N.º total estabelecimentos Hoteleiros/N.º camas			
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2014	2009	2014
NUTS 2013	Portugal	1 988	2 695	273 804	328 764
NUTS I	Continente	1 715	2 299	235 974	288 362
NUTS II	Norte	450	591	38 827	47 093
NUTS III	Alto Tâmega	24	31	1 691	1 929
Município	Chaves	13	20	1 222	1 504

Tabela 15: Número total de estabelecimentos hoteleiros/Número de camas entre 2009 e 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PORDATA.

Nas sub-regiões do Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes, Chaves mantém-se como o município com capacidade superior de alojamento. Um dos fatores que explica estes números de oferta e procura prende-se, entre outros, com o facto de Chaves ser um destino termal, desde a década de 70 do século XX, onde se procura remédio para patologias músculo-esqueléticas, do aparelho digestivo, das vias respiratórias e cárdio-circulatórias, que já os romanos utilizavam com fins medicinais,

como provam as ruínas achadas no Largo do Arrabalde, em 2004, em processo de musealização (http://www.chaves.pt/frontoffice/pages/314?news_id=561).

Os últimos Relatórios Estatísticos do Posto de Turismo de Chaves de 2015/2016, informam que, em termos de nacionalidades, em 2016, são os espanhóis que mais visitam a cidade, 39,5% dos 6.878 turistas que se dirigiram ao Posto de Turismo, só depois os portugueses, com 30% (<http://www.chaves.pt/pages/530>).

Um outro indicador a conhecer é o investimento do município na cultura. A tabela n.º 16 mostra, em 2011, uma percentagem de 10% das despesas do município na cultura e desporto, superior a todos os outros municípios do Alto Tâmega, inclusive superior ao que o país e a região Norte investiram. Recorde-se que se celebrou nesse ano de 2011 o compromisso de recuperação do CPIS, entre os oito municípios que atravessa.

Territórios		Despesas em cultura e desporto em % do total de despesas		
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2013	2015
NUTS 2013	Portugal	9,6	9,0	9,8
NUTS II	Norte	10,0	9,3	11,0
NUTS III	Alto Tâmega	7,4	9,3	9,4
Município	Boticas	4,5	10,8	7,1
Município	Chaves	10,7	14,2	4,2
Município	Montalegre	8,3	8,2	11,6
Município	Ribeira de Pena	10,6	5,6	14,1
Município	Valpaços	3,5	6,5	4,5
Município	Vila Pouca de Aguiar	5,0	5,9	19,4

Tabela 16: Despesas em cultura e desporto em % do total de despesas entre 2011 e 2015.

Fonte: PORDATA.

Em 2015, Chaves passa a ser o município que menos investiu na cultura e desporto, com 4,2% do total de despesas. Por domínio cultural, estas despesas distribuem-se em três grandes áreas: Património Cultural (22%), Bibliotecas e Arquivos (18%) e Atividades Desportivas (26%).

Os equipamentos culturais, equacionados no questionário como motivação para as interações dos peregrinos e a cidade, segundo a última Revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves (2015), contam com 19 registos de património arquitetónico civil, religioso e militar classificado, dos quais seis dispõem da categoria de proteção de Monumento Nacional (MN), dois da categoria de proteção de Monumento de Interesse

Público (MIP) e os restantes 11 com a categoria de proteção de Imóvel de Interesse Público (IIP). A Direção-Geral do Património identifica, no ano de 2017, 24 registos (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>).

A categoria de MN foi atribuída à Ponte Romana e às duas Colunas Comemorativas, do tempo dos imperadores Vespasiano e Trajano, ao Castelo de Chaves, incluindo os restos de muralhas militares e os Fortes de São Neutel e São Francisco, ao Castelo de Santo Estêvão, ao Castelo de Monforte, à Igreja de São João Batista e, mais recentemente, às Termas Mediciniais Romanas. Em vias de classificação está a Igreja barroca da Nossa Senhora da Misericórdia. Este conjunto patrimonial concentra-se na freguesia de Santa Maria Maior, ou seja, no coração da cidade, onde se localiza também o Museu da Região Flaviense, sede da rede de museus municipais, implantado nos antigos Paços dos Duques de Bragança, que passou também a abrigar o Posto de Turismo de Chaves, recentemente deslocalizado do Jardim do Bacalhau.

Na sua *Iconografia de São Tiago no Caminho Português de Santiago entre Viseu e Chaves*, Alves (2012:143) caracteriza o conjunto monumental do centro histórico de Chaves e descreve os elementos iconográficos vinculados ao Caminho, seguindo por Vilarelho da Raia, Seara Velha ou Ervededo, cujas paróquias são dedicadas a S. Tiago, à exceção da última, “onde a tradição da peregrinação jacobea ainda hoje é lembrada na aldeia, até pela anterior existência de uma escultura em pedra do Apóstolo que terá sido entregue ao Santuário de São Caetano (localidade próxima)”. Seguindo Alves (2012) toda esta linguagem artística arquitetónica, escultórica, pictórica acrescenta valor ao Caminho de Santiago.

4.2 O Caminho Português Interior de Santiago

Em Portugal, o fluxo de peregrinos durante a Idade Média foi traçando diferentes caminhos em direção a Santiago que, segundo Silva (2004: 336), convergiram “uns nos outros até desembocarem em duas grandes rotas em direção à Galiza: uma pelo litoral, a partir de Valença, e outra pelo interior no sentido de Chaves”, como mostra o mapa seguinte.



Figura 5: Mapa dos tramos do Caminho Português de Santiago.
 Fonte: <http://www.saintjamesway.eu/en/maps>.

Esta via que segue pelo interior, a partir de Viseu, e cruza a fronteira em Chaves, em demanda de Compostela, é hoje conhecida como o Caminho Português Interior, representado na figura n.º 5.

Pelo CPIS, o peregrino percorre cerca de 385km entre Viseu e Santiago de Compostela, dos quais 205km em solo português e 180km em território galego. Atravessa os municípios de Viseu (35,5km), Castro Daire (36,6km), Lamego (28,8km), Peso da Régua (3,7km), Santa Marta de Penaguião (15,3km), Vila Real (22,9km), Vila Pouca de Aguiar (24,8km) e Chaves (38,2km). Neste último município, o trilho cruza a fronteira em Verín, na Galiza, ligando à Via da Prata, (percurso que se inicia em Sevilha). Até Santiago de Compostela atravessa ainda os municípios de Xinzo de Limia, Allariz, Ourense, Cea, Lalín, Bendoiro e Outeiro. Os oito municípios portugueses, por onde se estende o Caminho, formalizaram um protocolo de cooperação para a marcação e dinamização do CPIS, a 7 de abril de 2011, que abrange mais de 160 quilómetros de território. No documento, assinado pelos presidentes de cada um dos municípios, pode ler-se que:

O principal objetivo visa revitalizar, promover e dinamiza o CPIS como importante via de peregrinação a Santiago de Compostela, recuperando, preservando e promovendo o património histórico-cultural associado ao caminho, a interculturalidade dos povos e impulsionando o desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões atravessadas, nomeadamente pela dinamização do comércio local.

Através de meios próprios, os municípios comprometem-se, desta forma, a assegurar ações de marcação, sinalização e limpeza do Caminho, restauração, reconversão de edifícios para alojamento de peregrinos e elencar pontos de interesse turístico. Nas disposições finais deste acordo, os municípios envolvidos também se empenham, depois da conclusão dos compromissos do primeiro, em celebrar um novo protocolo de cooperação no sentido de implementar uma rede de albergues, material de divulgação, ações de dinamização e outras necessárias ao desenvolvimento do projeto.

A Empresa Municipal VitAguiar, em representação do município de Vila Pouca de Aguiar, foi nomeada, nessa data, coordenadora do projeto, bem como responsável pela gestão da página *Web* oficial do CPIS (<http://www.cpisantiago.pt>).

Vila Pouca de Aguiar é também, atualmente, a representante de Portugal na Federação Europeia dos Caminhos de Santiago e lidera a criação de uma Federação Nacional dos Caminhos de Santiago, comprometida, principalmente, com a necessidade de uniformizar os percursos e promover de forma conjunta os vários Caminhos portugueses, ações que reconhecem o Caminho como um instrumento de promoção e desenvolvimento económico das comunidades locais.

O guia produzido pelo sítio oficial do CPIS (Anexo 1) apresenta o percurso, em território nacional, dividido em onze jornadas: a primeira de Farminhão a Fontelo (Viseu), de 17 Km; a segunda de Fontelo a Almargem, de 16,7 Km; a terceira de Almargem a Ribolhos, de 23,6 Km; a quarta de Ribolhos a Bigorne, de 19,7 Km; a quinta de Bigorne a Penude, de 11,9 Km; a sexta de Penude a Bertelo, de 29,2 Km, a sétima de Bertelo a Vila Real, de 11 Km; a oitava de Vila Real a Parada de Aguiar, de 26,8 Km; a nona de Parada de Aguiar a Vidago, de 22,6 Km; a décima de Vidago a Chaves, de 19,7 Km, a décima primeira de Chaves a Verín, de 26,1 Km. Em cada uma das etapas são feitas sugestões de alojamento.

No concelho de Chaves, o Caminho atravessa as freguesias de Oura, Vidago, Selhariz, Vilas Boas, Vilela do Tâmega, São Pedro de Agostém, Samaiões, Madalena-

Samaiões, Santa Maria Maior, Santa Cruz/Trindade-Sanjurje, Outeiro Seco e Vilarelho da Raia, onde cruza a fronteira.

Os peregrinos alcançam a cidade, depois de atravessar a freguesia de Samaiões. Percorrem toda a Avenida D. João I até à Rotunda do Km 0, da N2. Aí cruzam à direita, pela Rua Cândido Sotto Mayor, entrando na zona histórica, pela Rua da Ponte, a ponte romana de Trajano, atravessam o Largo do Arrabalde, onde foram recentemente descobertas ruínas de termas romanas, e seguem pela Rua Direita, um dos eixos comerciais da cidade. Sobem até à Praça da República e Largo de Camões, onde se concentra um conjunto arquitetónico a visitar. Ladeiam a Câmara Municipal, desviam ligeiramente à esquerda para contemplar a Torre de Menagem (Torre Medieval), seguindo pela Rua Infantaria 19, já que aí se sediou, por algum tempo, o quartel desta companhia, edifício ocupado atualmente pelo Museu da Região Flaviense e Posto de Turismo. Viram à direita pela Rua da Tulha até ao Largo do Anjo, uma das portas de entrada da antiga vila medieval, e descem pela Rua 1º de Dezembro, acompanhando o Jardim do Bacalhau, antigo Terreiro de Cavalaria, cursando à frente a Avenida dos Aliados. Na rotunda do Monumento (aos heróis da Primeira Grande Guerra), cortam na segunda saída, pela Avenida do Estádio até ao estádio do Desportivo de Chaves. Cortam à esquerda, seguindo pela Avenida do Tâmega, como sugere o nome, avenida que corre paralela ao rio Tâmega. Seguem depois pela Rua da Sr.ª da Azinheira, pela Rua Central, atravessando o centro da freguesia de Outeiro Seco. Continuam até Vilarelho da Raia para transpor a fronteira, em Verín.

Para pernoitar o peregrino encontra, na cidade, tal como recomenda o folheto de promoção do Caminho (Anexo 2) e no sítio do CPIS (www.cpisantiago.pt), alojamento nos Bombeiros Voluntários de Vidago, na Pensão Flávia, no Quartel do Exército/RI19 e no Centro Social e Cultural de Vilarelho da Raia. Nenhum albergue oficial é identificado ou sugerido.

Segundo o informe estatístico da *Oficina de Acogida del Peregrino* (<https://oficinadelperegrino.com/>) com sede na Catedral de Santiago de Compostela (Arquidiocese de Santiago de Compostela), do ano de 2010, Ano Santo, até 2016, este Caminho tem sido percorrido por menos de um por cento do total dos peregrinos que chega a Compostela, se atendermos às duas únicas cidades que podem indicar a preferência por este troço, Chaves, última etapa, e Viseu a primeira. Outro dado a registar é que antes de 2011, ano em que os municípios do CPIS protocolaram revitalizá-lo, já se recebiam em Compostela peregrinos oriundos de Chaves. Verifica-se

também que partem de Chaves mais peregrinos do que de Viseu, bem como um crescimento, de 2010 a 2017, do número total de peregrinos. Veja-se a tabela n.º 17.

Lugar de partida Anos	Nº total peregrinos por Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Chaves	172	149	290	368	328	322	265	252
Viseu	---	---	11	63	70	56	62	86

Tabela 17: Número de peregrinos por ano oriundos de Chaves e Viseu. Entre 2010 e 2017.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *Oficina de Acolida al Peregrino*.

A tabela seguinte mostra ainda que é um Caminho mais concorrido na primavera e no verão, pela distribuição mensal do número de peregrinos. Entre Chaves e Viseu, a primeira cidade é a que faz chegar mais peregrinos a Santiago, como se vê na tabela abaixo.

Lugar de partida	Nº total peregrinos por mês em 2017											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Chaves	---	---	3	57	57	40	26	32	27	8	2	---
Viseu	---	---	---	19	---	2	32	19	6	7	1	---

Tabela 18: Número de peregrinos por mês oriundos de Chaves e Viseu em 2017.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *Oficina de Acolida al Peregrino*.

As estatísticas disponibilizadas pela Câmara Municipal de Chaves informam, relativamente ao número de peregrinos, que no ano de 2017 se contabilizaram 166, número aferido com a ajuda dos Bombeiros Voluntários de Vidago e do Centro Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia, onde pernoitam. Concretamente, 104 foram contabilizados pelos Bombeiros Voluntários de Vidago e 62 pelo Centro Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia. À falta de um registo mais pormenorizado, acrescenta-se que daqueles que pernoitaram em Vilarelho da Raia, 49 são de nacionalidade portuguesa; quatro de nacionalidade espanhola; três de nacionalidade americana; três de nacionalidade francesa; um de nacionalidade italiana; um de nacionalidade brasileira; e um de nacionalidade alemã. Daqui se afere a nacionalidade portuguesa de uma maioria expressiva dos peregrinos, seguida dos espanhóis.

4.3. Descrição dos dados dos questionários

Nesta secção do capítulo quarto procederemos à descrição dos dados coletados a partir dos 95 questionários aplicados aos comerciantes locais. A informação foi

compilada numa base de dados, quando necessário categorizada, uma vez que se encontravam questões de resposta aberta nos questionários, entre outras, conforme mostrava a imagem n.º 3, e posteriormente tratada estatisticamente, a partir do programa SPSS. A apresentação dos dados é feita seguindo os blocos temáticos em que se organizou o questionário, de A a J.

4.3.1. A- Caraterização sociodemográfica

O tratamento dos inquéritos começou por revelar, no primeiro bloco de questões o peso de cada um dos setores de atividade visitados, conforme mostra o gráfico n.º 1.

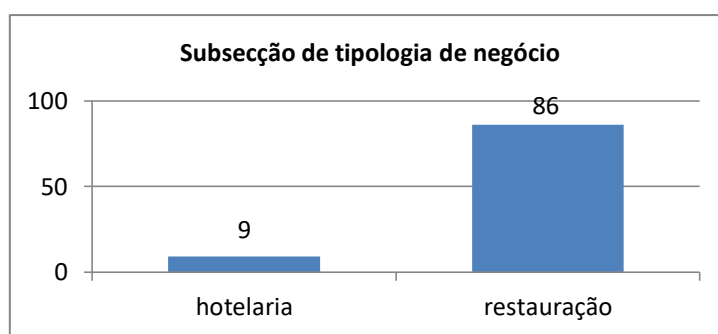


Gráfico 1: Número de empresas por subsecção de tipologia de negócio.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

O sector da restauração (cafés, bares, restaurantes e comidas para levar) representou 90,5% dos negócios visitados, a par de 9,4% do ramo hoteleiro (hotéis e pensões), peso que corresponde ao do conjunto do universo da amostragem. Do total de empresas visitadas, 74,7% não está vinculado ao caminho, ou seja, não têm os seus negócios implantados em ruas ou avenidas, praças, largos que se localizem no traçado oficial sinalizado do CPIS. A maior concentração localiza-se, concretamente, na Rua do Tabolado, com 9 empresas, zona privilegiada de restaurantes, cafés e bares, ribeirinha ao Tâmega, na Avenida D. João I, tramo que encaminha os peregrinos até ao centro da cidade, pela freguesia da Madalena, atravessando a Ponte Romana, com 5 negócios aí implantados; na Travessa Cândido dos Reis, no coração da cidade, e na Praça do Brasil, com quatro empresas abertas ao público cada, locais assinalados no mapa apresentado a seguir.

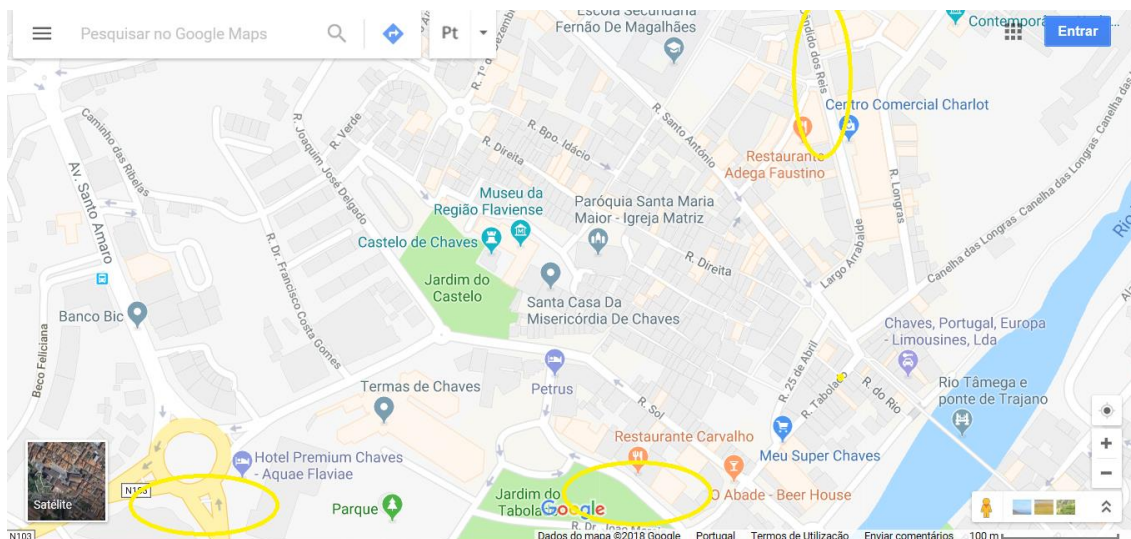


Figura 6: Mapa da cidade de Chaves.

Fonte: <https://www.google.com/maps>.

Entre 1897 e 2017 marca-se o intervalo de abertura dos negócios visitados. Alguns com mais de cem anos, são ícones da cidade e fazem parte do seu património histórico: a Adega Faustino (1897), o Café Geraldês (1943), o Café Aurora (1955) e o Café Sport (1960) contam-se entre esses negócios. Não conseguiram identificar a data de instalação das suas empresas nove respondentes, dado explicado em parte pelo facto de, como a seguir se constata, mais de 64% dos respondentes serem empregados, nestas áreas (hotelaria e restauração) muito sujeitos à sazonalidade.

Os respondentes repartem-se entre, em termos de funções na empresa, empregados, categoria com peso mais expressivo, gerentes e proprietários. Veja-se o gráfico n.º 2.

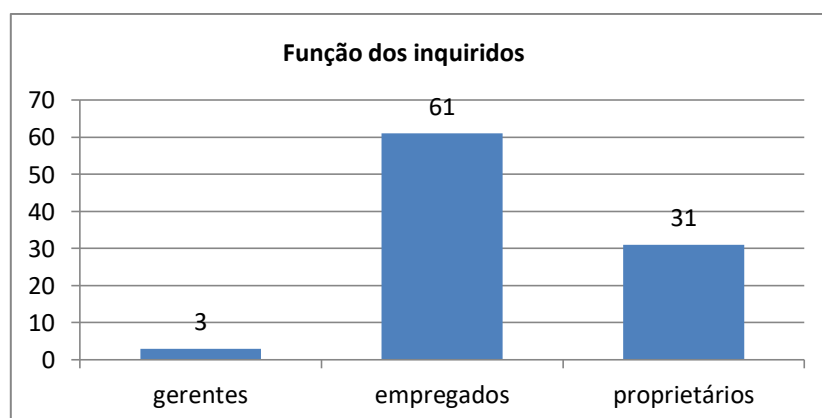


Gráfico 2: Função dos inquiridos nas empresas visitadas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

A tabela a seguir sintetiza as características sociodemográficas de sexo, idade, escolaridade, naturalidade e residência da amostra.

Dados sociodemográficos	N.º	%
Sexo		
masculino	41	43%
feminino	54	56%
Grupo etário		
15-24	11	11,5%
25-65	78	82,1%
+ de 65	2	2,1%
NR	4	4,2%
Escolaridade		
1º Ciclo	7	7,3%
2º Ciclo	7	7,3%
3º Ciclo	18	18,9%
Secundário	49	51,5%
Ensino Superior	10	10,5%
Outras	2	2,1%
NR	1	1%
Residência (freguesia)		
Santa Maria Maior	60	63%
Santa Cruz/Trindade-Sanjurge	8	8,4%
Madalena-Samaiões	7	7,3%
Outras	19	20%
NR	1	1%
Naturalidade		
Chaves	66	69%
Outros concelhos	23	24%
Estrangeiro	6	6,3%

Tabela 19 : Características sociodemográficas dos respondentes.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Uma percentagem significativa dos respondentes é do sexo feminino (56%), coincidindo com o retrato da população residente em Chaves, que era de 21.505 indivíduos do sexo feminino para 19.738 do sexo masculino, para 2011.

O grupo etário mais representativo é o dos 25 aos 65 anos (82%), estabelecendo uma média de idades nos 41 anos (41,26) dos inquiridos. O grupo etário dos 15 aos 24 anos está representado por uma percentagem muito baixa, de 11,5%. Esta tendência cola-se também à traduzida no quadro n.º 5 que, para 2011, nos apresenta o mesmo grupo etário como o mais representado.

Relativamente à escolaridade, apenas 51,5% dos informantes concluíram o secundário, 18% tem o 3.º Ciclo (9.º ano) e 14,6% dos respondentes possuem apenas o 6º ano ou nível de escolaridade inferior. Se se somarem as percentagens referentes aos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, identificam-se 32,7% dos inquiridos com poucas habilitações, o que configura uma população com baixas habilitações académicas, resultado que poderá

significar, nomeadamente, uma amostra com baixas competências linguísticas, em nosso entender, essenciais na qualidade das interações entre peregrinos ou visitantes e comerciantes locais. Há, no entanto, uma melhoria das qualificações pois, até 2011, os Censos estimavam uma percentagem de apenas 14,7% da população (tabela n.º 9) com o secundário, e de 31,9% com o 4.º ano, o nível mais representativo.

Da tabela anterior percebe-se ainda que 69% dos respondentes é natural de Chaves, Santa Maria Maior. Distribui-se pelos concelhos vizinhos de Valpaços, Vila Real, Murça, Pedras Salgadas e Vila Pouca de Aguiar 24% das respostas. De registar também seis respondentes que informam ter nascido no estrangeiro: Brasil (três), Angola (dois), e França (um).

Quanto à residência, 63% reside na freguesia de Santa Maria Maior. A Madalena-Samaiões e Santa Cruz/Trindade-Sanjurge são, a seguir, as duas freguesias mais indicadas, com cerca de 8% cada uma. Os restantes habitam em freguesias rurais do concelho ou concelhos vizinhos, como Boticas e Pedras Salgadas (20%), fator que poderá ter influenciado a resposta ao reconhecimento do trajeto do Caminho, ao identificar, nas respostas, locais circunscritos às freguesias onde residem.

A última questão, neste primeiro bloco, incidia sobre as línguas que falam (produção/interação oral, QECR) ou entendem (compreensão do oral, QECR) ou inquiridos. Uma maioria significativa (68%) afirma falar e entender o espanhol, 24% fala e entende o inglês, e 7% o francês, como se depreende do gráfico seguinte.

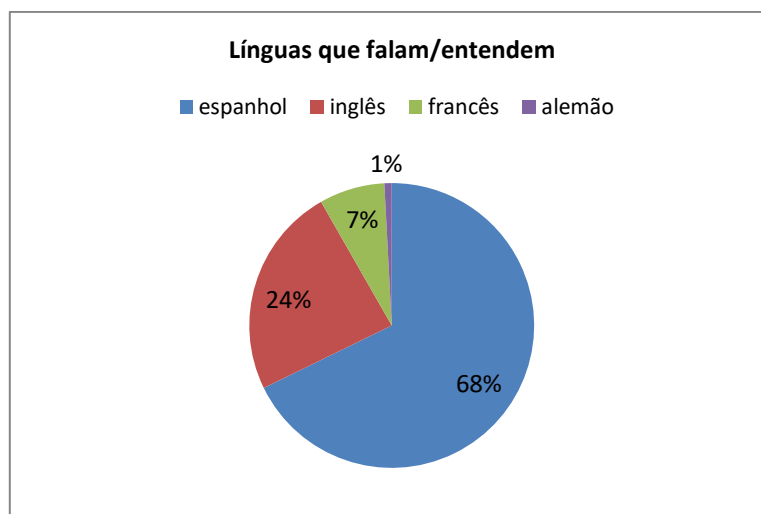


Gráfico 3: Línguas que falam/entendem os inquiridos.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Estes números refletem, primeiro, competências linguísticas num número limitado de línguas estrangeiras e, segundo, que o espanhol é a língua estrangeira mais falada e entendida pelos indivíduos da amostra. Pode apontar-se, desde já, como explicativo desses indicadores a proximidade e raiz comum das línguas; a posição raiana do município, cuja fronteira, tanto nos tempos de crise como de paz, sempre foi um espaço permeável à circulação de bens e pessoas e cenário propício à aquisição bilingue não formal (Gonçalves, 2013). Acrescentamos o acesso às diferentes televisões espanholas (TVE1, TVE2), por indivíduos na média dos 40 anos; a elevada procura turística dos espanhóis, que representam cerca de 40%, como informam as estatísticas da autarquia, sobre os anos 2015/2016; e ser a espanhola a segunda nacionalidade de residentes estrangeiros no concelho mais representada, bem como a da população estudantil de nível superior.

A propósito destes resultados, recorde-se ainda que só a partir da década de 90 o espanhol se introduziu como língua estrangeira nos currículos do sistema educativo português. Aliás, só em 1997 se introduziu no 3º Ciclo do Ensino Básico (Beirante, 2017), década em que não poderíamos situar a maioria dos indivíduos da amostra em idade escolar, cuja média de idades se situa nos 40 anos. Isto significa que uma parte significativa dos inquiridos não estudou espanhol. Por outro lado, o português também se tornou uma opção nas comunidades autónomas espanholas, que fazem fronteira com Portugal, como a Galiza, embora de forma mais lenta, por força de algumas resistências institucionais e sociais, e a Estremadura (Carballido, 2012; Terrón Sanchez, 2014).

4.3.2. B- Conhecimento do Caminho

Os dados mostram uma unanimidade relativa à perceção dos inquiridos da visibilidade do Caminho de Santiago, sugerida por 98% de respostas afirmativas, para a qual muito têm contribuído os próprios peregrinos, associações, organizações e ações de carácter civil e religioso, mas sobretudo a estratégia de marketing do *Xacobeo* (Torres Feijó, 2011; Duarte, 2016; Martín-Duque, 2017; Pazos-Justo, del Rio & Samartim, 2017 e 2018).

Em relação aos contextos, 44% ouviu falar do Caminho por pessoas que já o fizeram, a que se somam 5,3% que já fizeram o Caminho. Uma percentagem muito pequena ouviu falar do Caminho através de ações locais de divulgação (1%) e da comunicação social (3,2%), como mostra a tabela seguinte.

Em que contexto ouviu falar do Caminho de Santiago?	N.º	%
Já fez o caminho	5	5,3%
Por pessoas que já fizeram o caminho	41	44%
Ações locais de divulgação	1	1%
Comunicação social	3	3,2%
Livro/filme	0	0%
Outras	43	46%

Tabela 20: Contextos em que ouviu falar no Caminho.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Ninguém respondeu ter tido conhecimento do Caminho de Santiago através de livros ou filmes, ainda que estes sejam canais privilegiados de distribuição e *idea-makers* do produto “Caminho de Santiago”, na lusofonia e a nível mundial, segundo Torres Feijó (2011). Outros contextos foram assinalados por 46% dos inquiridos, onde se enquadram respostas que revelam ter conhecimento do Caminho através dos clientes dos seus negócios, de amigos ou pessoas conhecidas que ouviram falar, bem como através da circulação dos peregrinos e da própria sinalização oficial do CPIS.

Auscultados sobre a passagem do Caminho de Santiago por Chaves, a perceção dos residentes caracteriza-se por uma unanimidade que se traduz no facto de 97% dos informantes responderem saber que o Caminho atravessa o município. Identificaram individualmente lugares como o Largo de Camões (18) a Rua do Ponte (12), a Rua Direita (12), Av. do Tâmega (13), a Av. D. João I (8) e a Av. do Estádio (3) e Largo do Anjo (3), embora não sejam capazes de traçar o percurso contínuo dentro da cidade. Estes pontos, com frequências mais expressivas, localizam-se todos no centro e casco histórico da cidade. Nenhuma resposta se referiu a locais exteriores à cidade, tendência provavelmente explicada pela residência dos inquiridos. Não souberam identificar uma rua, lugar onde passa a Caminho 4,5% dos respondentes, percentagem pouco significativa e concordante com a anterior, do reduzido número de respondentes que diz nunca ter ouvido falar no Caminho.

Seguidamente, constatamos que 64% responde não saber que Caminho atravessa a cidade, percentagem, em nosso entender, reveladora de uma frágil institucionalização do CPIS. Os restantes dividem-se entre o Caminho Português (15%) e o Caminho Português Interior (21%), como se vê no gráfico número 6. Os números sugerem ainda, *à priori*, desconhecimento os diversos traçados do Caminho Português, em especial do traçado oficial sinalizado do CPIS.

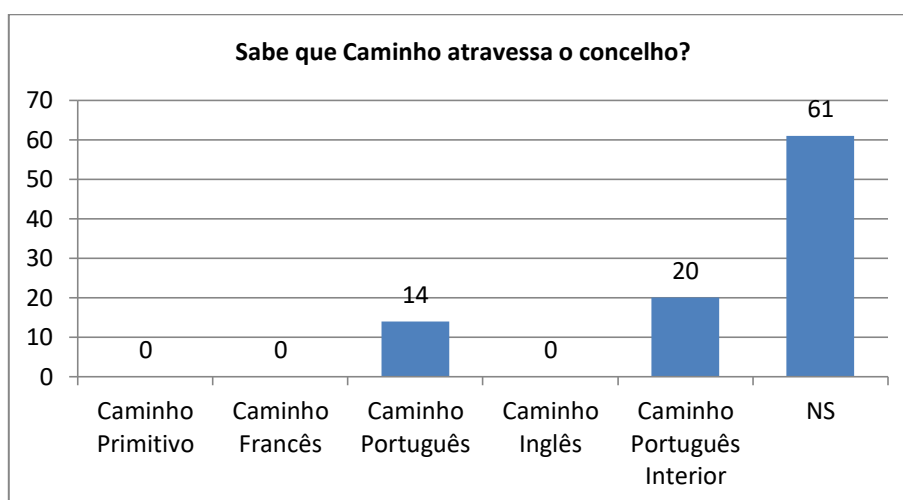


Gráfico 4: Conhecimento do Caminho que atravessa o concelho.
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos inquiridos.

Percebeu-se, na pergunta subsequente, que uma percentagem muito baixa (5,2%) já fez o Caminho. Das cinco pessoas que o fizeram, duas pessoas referem ter feito o Caminho Francês, outras duas o CPIS. Uma última refere ter feito o traçado Corunha-Santiago, do Caminho do Norte. Ainda que se afigurem frequências insignificantes, as mesmas refletem a tendência dos números que a *Oficina de Acogida al Peregrino* disponibiliza sobre os tramos mais numerosos: nos últimos anos cerca de 60% dos peregrinos percorreu o Caminho Francês e o número de peregrinos a fazer o Caminho Português tem vindo a crescer. Em 2017 ascendeu a 19,6%, como se vê na tabela em baixo. Os dados estatísticos da *Oficina de Acogida al Peregrino* não identificam o CPIS como Caminho percorrido, apesar de identificarem cidades de partida como Chaves e Viseu.

Caminhos	2015	2016	2017
	Nº peregrinos/%	Nº peregrinos/%	Nº peregrinos/%
Caminho Francês	172 243 (65,6%)	176 075 (63,3%)	180 737 (60%)
Caminho Português	43 151 (16,4%)	49 538 (17,8%)	59 233 (19,6%)

Tabela 21: Número/Percentagem de peregrinos no Caminho Francês e Português entre 2015 e 2017.
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *Oficina de Acogida al Peregrino*.

No parâmetro seguinte, aqueles que fizeram o Caminho, apontam tê-lo feito na primavera, verão (abril, maio, junho). Dois deles mais de três vezes, entre 2014 e 2017. A tabela seguinte mostra que os períodos escolhidos pelos respondentes convergem com os identificados como preferidos nos dados estatísticos da *Oficina de Acogida al*

Peregrino, que se estendem de abril a outubro. Nesses sete meses o número de peregrinos duplica.

Meses do ano	2016	2017
	Nº peregrinos	Nº peregrinos
Janeiro	1 304	1 355
Fevereiro	1 733	1 696
Março	11 067	5 176
Abril	15 100	26 925
Mai	32 776	35 346
Junho	39 070	41 619
Julho	45 471	47 470
Agosto	53 704	57 680
Setembro	40 149	42 689
Outubro	28 222	31 341
Novembro	6 394	7 346
Dezembro	2 864	2 893

Tabela 22: Número total de peregrinos por mês em 2016 e 2017.
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *Oficina de Acogida al Peregrino*.

Relativamente às motivações, identificaram-se motivações religiosas (40%), convencionais (40%), culturais e espirituais (20%), cuja distribuição se vê no gráfico n.º 5, em paralelo também com as motivações identificadas nas estatísticas da *Oficina de Acogida al Peregrino*, ainda que se enumerem aqui apenas três motivos de peregrinação: religiosa, religiosa-cultural, cultural.

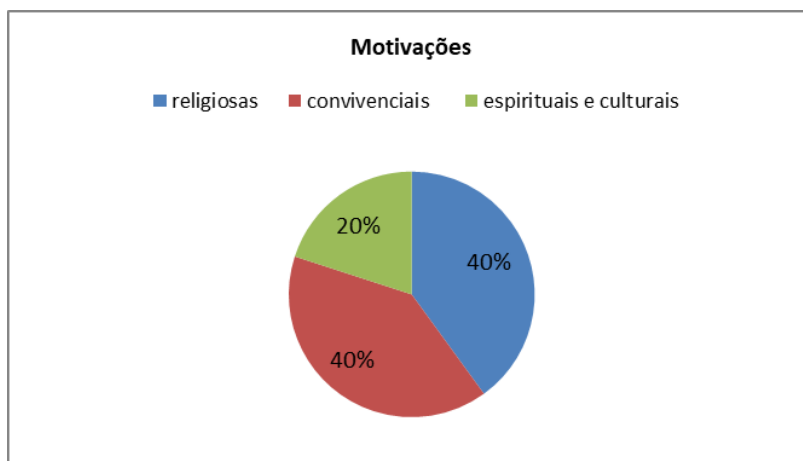


Gráfico 5: Motivações dos comerciantes locais para fazer o Caminho.
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

4.3.3. C- Impactos do Caminho na cidade

Neste bloco, quando solicitados a valorar, de 1 a 7, se os peregrinos visitam a cidade, as respostas sugerem que os peregrinos visitam pouco a cidade (2,67).

Seguidamente, 100% dos inquiridos assinalaram conhecer equipamentos culturais da cidade e 93,6% que os mesmos equipamentos são atraentes e justificam uma visita dos peregrinos, como mostra a tabela número 23.

Frequências	
Atratividade dos equipamentos culturais	
Não	5
NR	1
Sim	89
Total	95

Tabela 23: Atratividade dos equipamentos culturais.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Na questão seguinte, os inquiridos sugerem que os peregrinos visitam e frequentam pouco os equipamentos culturais da cidade (2,33). Admitem, no entanto, que a passagem do caminho beneficia em muito a cidade (5,05), enumerando benefícios como os apresentados no gráfico n.º 6: a afluência de pessoas, a animação, o conhecimento da cidade, o consumo, o desenvolvimento, a promoção da cidade. A promoção (39%) e o conhecimento da cidade (29%) apresentam as percentagens mais elevadas.

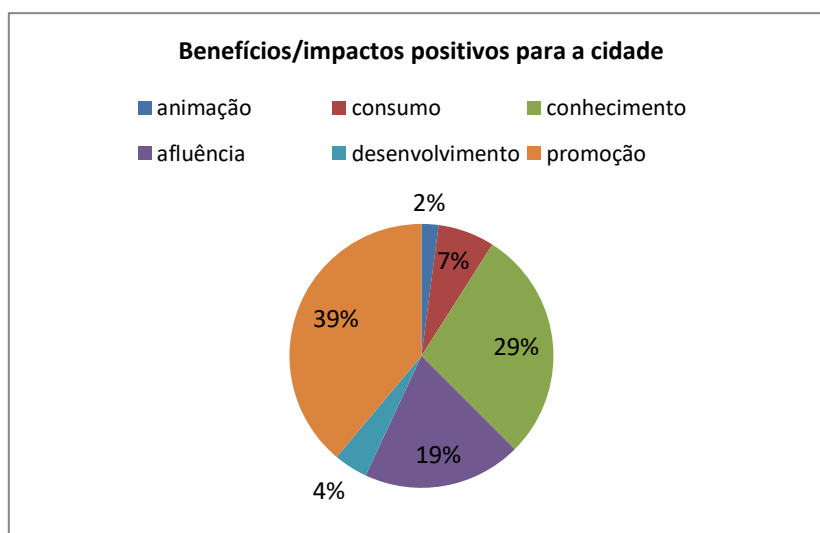


Gráfico 6: Benefícios do Caminho de Santiago para a cidade
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos inquiridos

A perceção de benefícios desta ordem ajuda a explicar, seguindo Pazos-Justo (2017), que o Caminho Português esteja sendo crescentemente objeto de atenção por

parte de diferentes agentes locais e regionais portugueses, interessados nos eventuais benefícios para a dinamização cultural e, sobretudo, económica das suas comunidades.

Observamos depois como que estar localizado no Caminho interage significativamente com as respostas relativas à frequência com que os peregrinos visitam os equipamentos culturais, com que visitam a cidade e com o reconhecimento de benefícios para a cidade, conforme mostra a tabela.

	Localizados no Caminho	N.º	Média	Desvio
Frequência peregrinos visitam equipamentos	Sim	51	2,45	,832
	Não	18	2,00	,767
Benefícios para a cidade	Sim	71	5,14	,616
	Não	24	4,79	,588
Frequência peregrinos visitam a cidade	Sim	55	2,91	1,005
	Não	20	2,00	,725

Tabela 24 : Interações da localização no Caminho com a frequência com que os peregrinos visitam a cidade, os equipamentos culturais e reconhecem benefícios para a cidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

Quanto a desvantagens ou impactos negativos, 99% perspetiva que a passagem do Caminho não comporta impactos negativos para a cidade, condizente com uma unanimidade no reconhecimento dos benefícios. Apenas 1% respondeu haver desvantagens, identificando a confusão no trânsito, o que, se atendermos a uma perceção de frequências mínimas com que os peregrinos visitam a cidade e os seus equipamentos culturais, pode traduzir crenças e representações de experiências de outros Caminhos.

4.3.4. D- Impactos do Caminho no comércio local

Solicitados a valorar o impacto da passagem do Caminho no comércio local, os informantes sugerem que tem impactos positivos, tal como no bloco de questões anterior referiram ter significativo impacto na cidade (5,20). Quanto a benefícios específicos para o comércio local, o consumo foi assinalado 85% das vezes, 7% o desenvolvimento das empresas, 4% o lucro, e o emprego em 3% das respostas, conforme consta no gráfico seguinte.

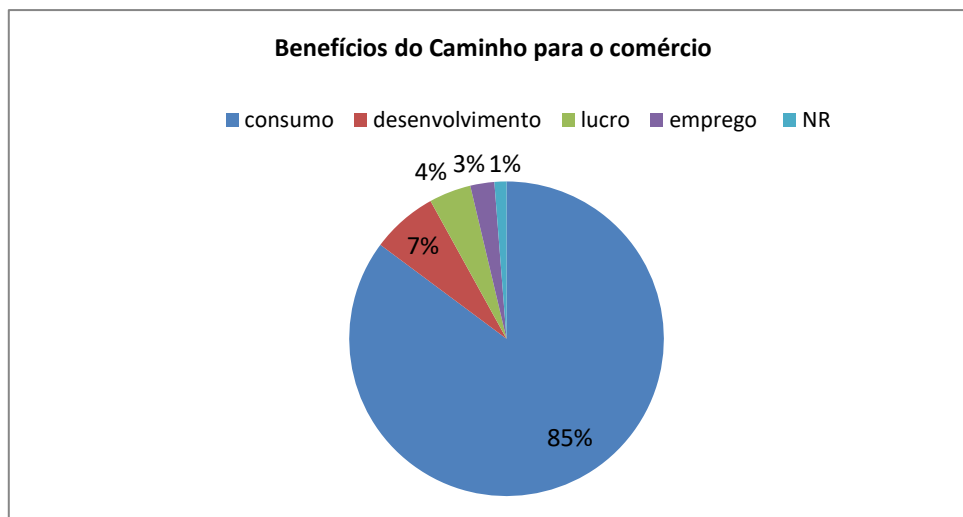


Gráfico 7: Benefícios do Caminho para o comércio.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos inquéritos.

Estar localizado no Caminho interage também significativamente com o reconhecimento de benefícios para o comércio local, conforme se vê na tabela.

	Localizados no Caminho	N.º	Média	Desvio
Benefícios para o comércio local	Sim	70	5,36	,762
	Não	24	4,75	,847

Tabela 25: Interação da localização no Caminho com os benefícios para o comércio local.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

Relativamente a desvantagens ou impactos negativos, há uma percepção unânime da inexistência de quaisquer desvantagens ou impactos negativos.

Caraterizou-se, de seguida, a quantidade da oferta comercial, de alojamento e de serviços disponíveis na cidade. Acharam-se respostas que assinalam uma oferta quase excessiva (6,72). A oferta de alojamento destinada exclusivamente aos peregrinos foi valorada como fraca (2,55). As mulheres, nesta questão, sugerem haver oferta de alojamento superior (3,20), em relação aos homens (1,76). Note-se ainda que aqueles que fizeram o Caminho percebem uma menor oferta do que os que não fizeram.

	Fez o Caminho de Santiago	N.º	Média	Desvio
Oferta de alojamento	Não fez	51	2,36	1,865
	Fez	4	1,50	,577

Tabela 26: Interação da realização do Caminho com a percepção da oferta de alojamento.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

A oferta comercial e de serviços, destinada também aos peregrinos, foi avaliada como bastante satisfatória (5,54). Sobre oportunidades de negócio não preenchidas, as respostas dadas sugerem a necessidade de alojamento (39%), animação (3%) e informação (11%), traduzidas no gráfico n.º 8.

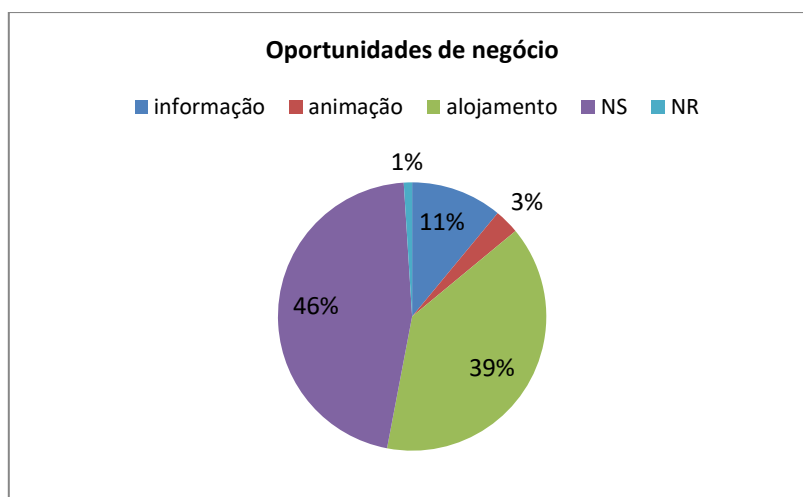


Gráfico 8 : Oportunidades de negócio não preenchidas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos inquéritos.

A necessidade de alojamento sugere a construção de um albergue, fragilidade já assinalada no folheto (Anexo 2) e sítio da *Web* (www.cpisantiago.pt) do CPIS, onde apenas consta a referência ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vidago, dos Bombeiros Voluntários Flavienses, ao Quartel do Exército/RI 19, em Chaves, à Pensão Flávia e ao Centro Social e Cultural de Vilarelho da Raia. A falta de informação reporta-se, por exemplo, a um “posto de turismo capaz” ou “plataforma de informação”. No entanto, a categoria mais representativa de resposta refere-se a 46% dos informantes que não sabem que tipo de negócio poderia valorizar a oferta comercial e de serviços disponível para os peregrinos.

Sobre o tipo de clientela regular e desejável, observando o gráfico, 14% dos inquiridos definiu a sua clientela como “só locais” e 57% assinalou “maioritariamente locais”, percentagens que resultam numa expressiva maioria de negócios que definem a sua clientela regular como locais (69%). Apenas 2% assinalou “mistura entre locais e peregrinos”, o que denota que há um número significativo de negócios que não é regularmente visitado/procurado pelos peregrinos. Outros tipos de clientela: “mistura

entre turistas, emigrantes e termalistas” foram referido por 27% dos informantes, respostas que identificam Chaves como um destino termal e turístico.

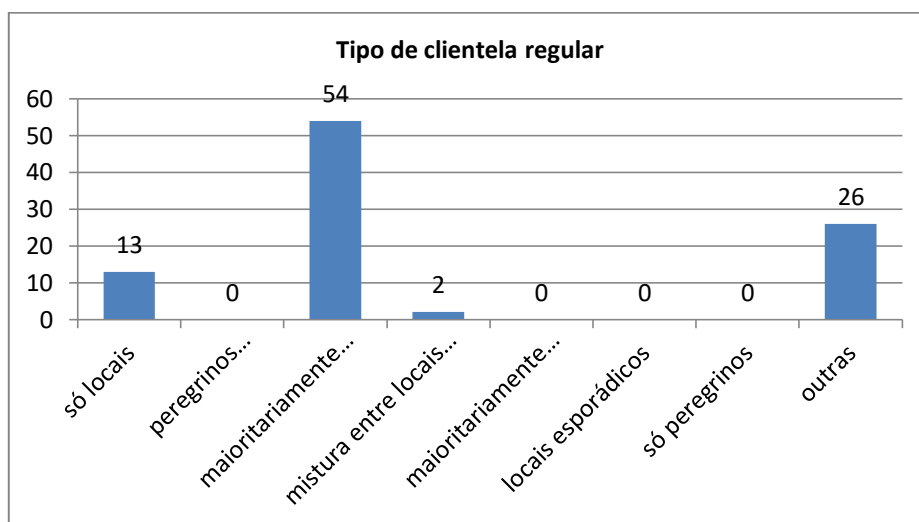


Gráfico 9 : Tipo de clientela regular.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

Quanto ao que toca ao tipo de clientela desejável, 58% assinalou “só locais” e “maioritariamente locais”. Apenas 4% respondeu “mistura de locais e peregrinos”. Referiram-se a outros tipos de clientela 37%: “só” ou “maioritariamente turistas”, “turistas estrangeiros”, “termalistas” e “emigrantes”, como ilustrado no gráfico n.º 10.

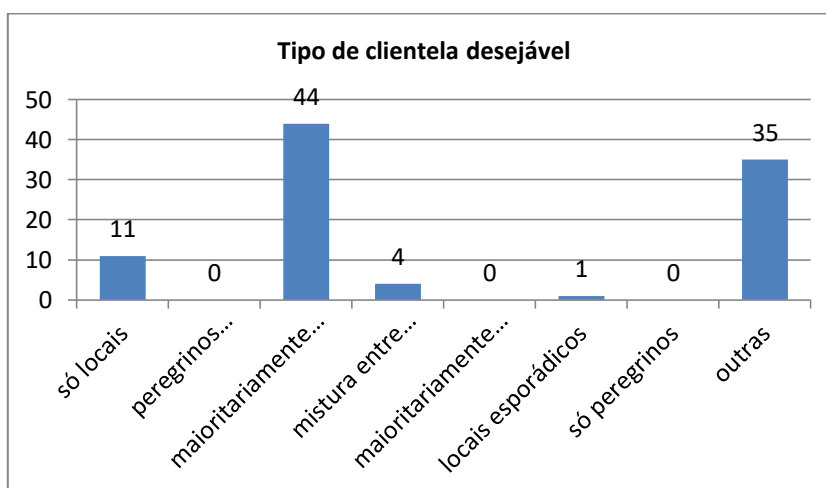


Gráfico 10 : Tipo de clientela desejável.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

Tanto como cliente regular como desejável, o peregrino é pouco preferido, incidindo a eleição nos locais ou nos turistas, disposições que podem ser entendidas por fatores como a variedade, consumos médios, peso na faturação, caracterizados a seguir.

O consumo médio dos clientes é estimado por 48% dos inquiridos em “menos de 3 euros por pessoa”. “menos de 6 euros por pessoa” foi assinalado por 14%, de “6 a 10 euros por pessoa” por 18% e “mais de 20 euros” é assinalado por 12% dos informantes.

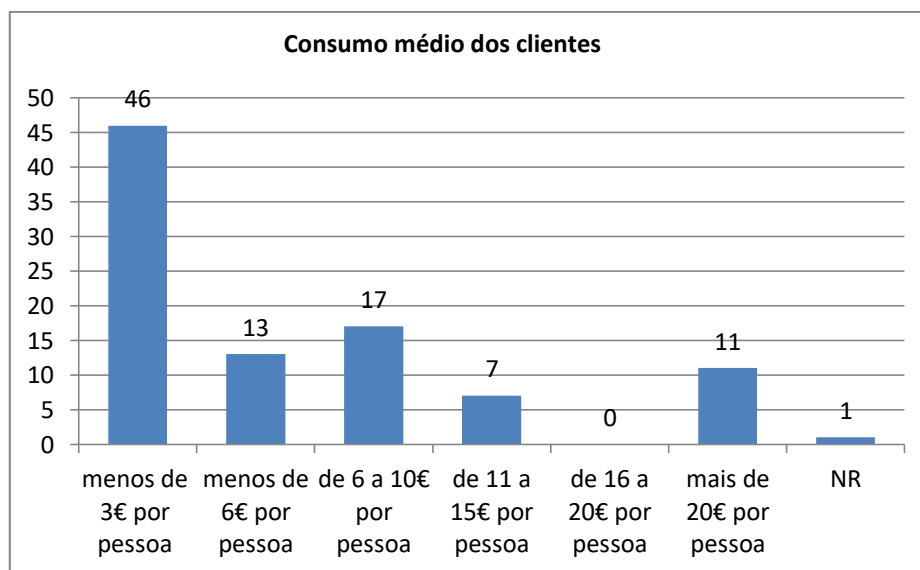


Gráfico 11 : Consumo médio dos clientes
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos

Esta última categoria de respostas, “mais de 20 euros por pessoa”, cruzada com a tipologia de empresa visitada revela tratar-se tendencialmente de empresas do setor hoteleiro. As primeiras serão, por outro lado, cafés e bares, pois são também as mais representativas na amostra e aquelas que oferecem produtos a mais baixo custo.

Em paralelo com estes dados, os produtos que vemos mais consumidos ou procurados pelos locais são o café, os refrigerantes, cerveja, o pão e os pastéis. Em restaurantes, os locais procuram sobretudo as diárias, pratos combinados, hambúrgueres, francesinhas. Os peregrinos apresentam uma variedade de produtos consumidos muito menor, destacando-se o consumo de água, refrigerantes, sandes, pequeno-almoço. Nos hotéis ou pensões procuram sobretudo beliches, quartos *single* ou *twin*, que enquadra o serviço mais económico e explicaria o menor interesse no peregrino como clientela desejável, embora, por outro lado, afirmem que a sua passagem beneficia a cidade e o comércio local.

O período em que os comerciantes registam maior procura é o de “abril-maio-junho”, ou seja, durante a primavera/verão, consentâneo com os meses em que tradicionalmente mais peregrinos chegam a Santiago de Compostela, segundo as estatísticas da *Oficina de Acolida al Peregrino*, reproduzidas na tabela n.º 18, que

informa sobre o número de peregrinos por mês, no último ano de 2017. Como se vê na tabela a seguir, nos meses de inverno, janeiro, fevereiro e março, apenas três informantes identificaram a passagem de peregrinos.

	N.º	%	
Período de maior procura dos peregrinos	abr.mai.jun	18	11,5
	jan.fev.mar.	3	1,9
	jul.ago.set.	2	1,2
	férias carnaval e páscoa	1	0,6
	regular	1	0,6

Tabela 27 : Período de maior procura dos peregrinos.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

O período de maior faturação é, no entanto, o trimestre “julho-agosto-setembro”, segundo a quase totalidade dos inquiridos (96%). Confrontado este período com o da afluência dos peregrinos a Chaves, percebe-se um desencontro entre os períodos de maior afluência e de maior faturação, sugerindo a não dependência dos negócios visitados do peregrino enquanto clientela, como se confirma no gráfico a seguir. Os inquiridos entendem mais exatamente que a faturação dos seus negócios depende muito pouco dos peregrinos (1,37).

Fazer o Caminho é, mais uma vez, um aspeto que se relaciona significativamente com o peso dos peregrinos na faturação dos negócios ao contrário daqueles que não fizeram, conforme a tabela n.º 26. A idade é outro fator que se relaciona significativamente com o peso dos peregrinos na faturação, ou seja, é mais forte nos mais velhos a percepção do peso dos peregrinos na faturação.

	Fez o Caminho de Santiago	N.º	Média	Desvio
Peso dos peregrinos na faturação	Não fez	90	1,29	,658
	Fez	5	2,80	,447

Tabela 28 : Interação da realização do Caminho com o peso dos peregrinos na faturação.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Quanto ao valor mensal da faturação, 82 informantes não responderam, daqui entendendo-se a complexidade da pergunta ou a categoria de empregados da maioria dos inquiridos, sem autonomia ou segurança para o fazer. De assinalar que apenas três pessoas sinalizaram o valor máximo sugerido “mais de 20 salários mínimos nacionais”, cabendo estas na categoria de proprietários ou gerentes dos inquiridos.

4.3.5. E - Interação dos comerciantes com os peregrinos

O grau de interação dos comerciantes com os peregrinos é valorado como mínimo (1,68), denotando-se, no entanto, que aqueles que fizeram o Caminho sugerem um grau de interação pessoal mais significativo, ao contrário dos que não fizeram. Veja-se a tabela seguinte.

	Fez o Caminho de Santiago	N.º	Média	Desvio
Interação pessoal com o peregrino	Não fez	89	1,55	,640
	Fez	5	4,00	1,732

Tabela 29 : Interação da realização do Caminho com a interação pessoal com o peregrino.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Aqueles que têm mais idade têm a percepção de interações pessoais mais fortes com os peregrinos (0,250). Sobre os âmbitos dessa interação, a maioria dos informantes respondeu fazê-lo a nível convivencial (66%), a nível profissional 32% e 2% destaca a dimensão religiosa, como mostra o gráfico n.º 12.

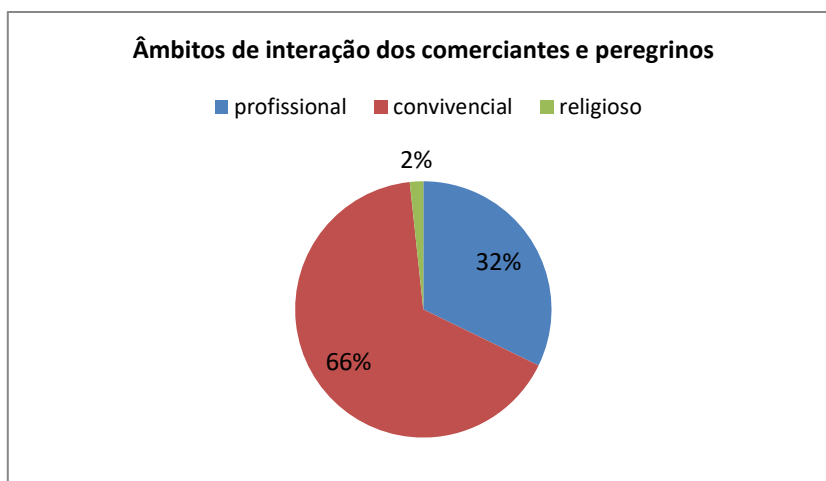


Gráfico 12 : Âmbitos de interação dos comerciantes e peregrinos.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Acresce que aqueles que assinalaram haver interação profissional com os peregrinos são aqueles que consideram haver uma mais forte relação entre a passagem do Caminho e os benefícios para o comércio.

	Interação profissional	N.º	Média	Desvio
Caminho de Santiago beneficia o comércio	Não há	38	2,26	,503
	Há	9	2,78	1,641

Tabela 30 : Interação entre os benefícios do Caminho para o comércio com a interação profissional entre comerciantes e peregrinos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Nos diferentes âmbitos de interação, o português é a língua que mais usam (70%). Segue-se o espanhol (13%), o inglês (9%) e o francês (8%), a seguir indicado.

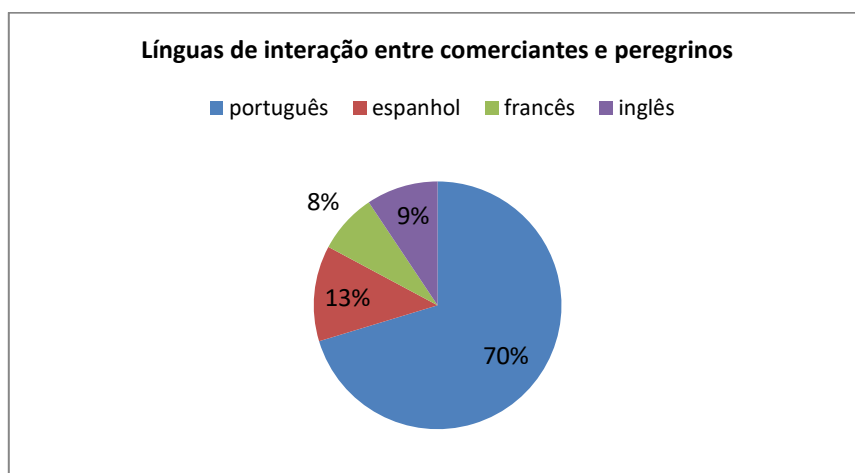


Gráfico 13 : Línguas de interação entre comerciantes e peregrinos
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos

Para interagir com os peregrinos, 9 pessoas usam duas ou mais línguas entre as quais se contam principalmente o português e o espanhol.

Estes dados, além da sugestão da nacionalidade portuguesa da maioria dos peregrinos, para o que apontam já as estatísticas da autarquia e as conclusões do trabalho de Pereiro (2017), sugerem ainda a pouca afluência de peregrinos de outras nacionalidades, ou seja, frequências pouco expressivas de outras línguas, ou de baixas competências linguísticas dos comerciantes, conforme as qualificações académicas dos indivíduos da amostra deixavam antever, quando apenas 51,5% tinha concluído o ensino secundário e 18,9% o 3º Ciclo do Ensino Básico.

Ao valorizarem o seu grau de competência nas línguas que dizem falar e entender, habilidades que remetem para os domínios da compreensão, produção e interação oral (QECR) e que usam para interagir com os peregrinos não lusófonos, os inquiridos arrogam melhor proficiência em espanhol (5). A procura de visitantes espanhóis e a localização fronteiriça do município de Chaves podem ter favorecido interações em espanhol, uma vez que as zonas de fronteira são sempre cenário de contatos linguísticos, levando à afirmação de comunidades bilingues, seguindo Gonçalves, (2013). Revelam um conhecimento satisfatório em francês (3,80) e em inglês (3,17).

Solicitados a valorizarem o grau de conhecimento ou proficiência linguística dos peregrinos não lusófonos em português, a média revela um conhecimento fraco (2,00).

Questionados sobre a necessidade de formação em línguas, 87% dos informantes responderam sentir necessidade, confirmando o retrato que atrás se fez de uma população com poucas competências em línguas, como se vê no gráfico seguinte.

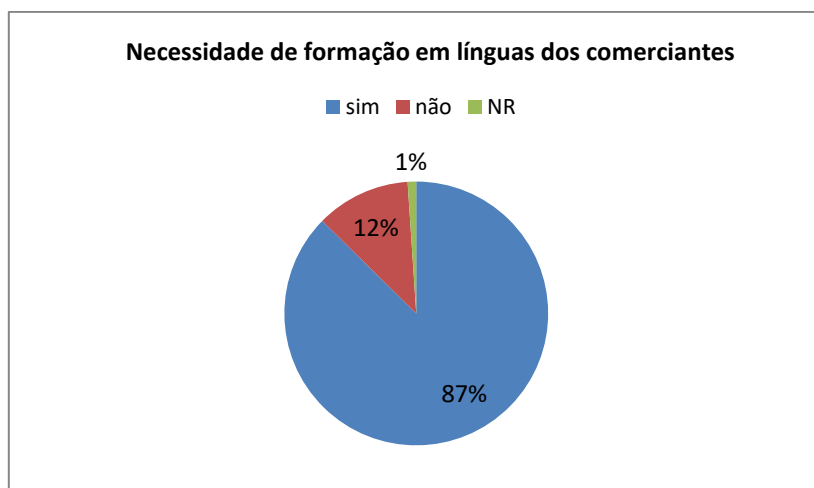


Gráfico 14 : Necessidade de formação em línguas dos comerciantes locais.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

Cruzada esta questão com a localização dos negócios, verificou-se que todos aqueles que se encontram implantados no Caminho admitem a necessidade de formação em línguas. No entanto, a média de respostas à pergunta sobre a disponibilidade para fazer formação em línguas, sugere pouca ou nenhuma disponibilidade (2,72). Aqui as mulheres mostram-se mais disponíveis para melhorar as suas competências linguísticas do que os homens, como se estima a partir da tabela seguinte.

	Sexo	N.º	Média	Desvio
Disponibilidade para formação em línguas	F	52	3,06	1,841
	M	41	2,29	1,521

Tabela 31 : Disponibilidade para fazer formação em línguas por sexo.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

Também se achou uma relação significativa, ainda que negativa, do fator idade com a disponibilidade para fazer formação em línguas (-0,34), o que significa que os mais novos se mostram menos disponíveis. Por outro lado, aqueles que falam mais línguas são aqueles que também se mostram mais disponíveis (0,456).

Os dados mostram uma população com baixas competências linguísticas, que estas são, no entanto, valorizadas como facilitadores de relações mais significativas entre os comerciantes e visitantes, mas que não são sentidas como urgentes, pela pouca

disponibilidade demonstrada. A escassa interação dos comerciantes e da cidade com os peregrinos, para além da nacionalidade portuguesa da maioria dos peregrinos, pode ajudar também a explicar este desfasamento entre a necessidade e a disponibilidade para fazer formação em línguas. O destaque para o espanhol, língua em que sugerem ter melhor proficiência, como segunda língua de interação, depois do português, prende-se, não só com a segunda nacionalidade identificada dos peregrinos, mas também se associa ao facto de Chaves ser zona de fronteira, de contacto linguístico, permeável à circulação de bens e pessoas, muito procurada por turistas espanhóis. Adiante, os dados revelarão ainda que, no que toca a políticas de aproveitamento e promoção do Caminho e acolhimento dos peregrinos, nos blocos de questões G, H e I, as competências linguísticas não são identificadas como exemplo de medidas desenvolvidas pelas instituições públicas, nem sentidas, pelos comerciantes como medidas significativas, ou seja, medidas a desenvolver.

4.3.6. F- Interação da cidade com os peregrinos

Os respondentes consideraram que é mínima (2,73) a interação da cidade com os peregrinos. Segundo 77% das pessoas, o tipo de interação que ocorre entre a cidade e os peregrinos dá-se num âmbito convivencial, 16% respondeu a nível profissional e 7% não soube identificar em que âmbitos se pode dar essa interação, dados ilustrados no gráfico em baixo.

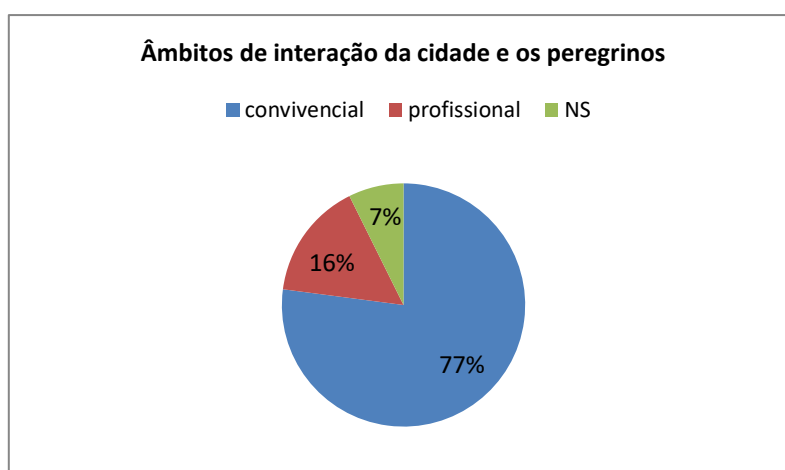


Gráfico 15 : Âmbitos de interação da cidade e os peregrinos.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

Neste e no bloco anterior a interação da cidade e dos comerciantes com os peregrinos é admitida no âmbito profissional por menos de metade dos informantes. Acima dos 65% assinalou-se o âmbito convivencial. Esta tendência de respostas poderá

também favorecer a ideia de que apesar dos benefícios apontados para o Caminho, a sua passagem não tem relevante impacto comercial, ideia reforçada pela perceção de que a presença dos peregrinos em nada afeta o dia-a-dia dos comerciantes locais (1,04) ou modifica o dia-a-dia da cidade (1,05).

4.3.7. G- Políticas das Instituições Públicas de promoção do Caminho

Verifica-se uma unanimidade dos respondentes (95) em concordar com a necessidade das instituições públicas desenvolverem ações destinadas à promoção do Caminho. Ao exemplificar medidas/ações de promoção, 88% responde que não conhece nenhuma medida dinamizada pela Câmara Municipal. Quando respondem afirmativamente, a sinalização e a limpeza dos caminhos são as respostas com mais frequências (12). Foi ainda registada a organização de caminhadas (3) e provimento de alimentação (1), como se vê a seguir no gráfico n.º 16.

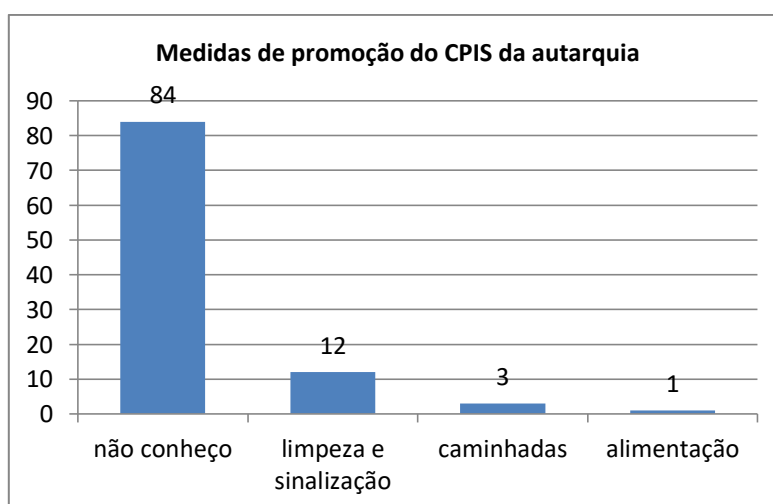


Gráfico 16 : Medidas de promoção do Caminho.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquéritos.

Além da nota de unanimidade no que toca à necessidade de desenvolvimento de medidas de promoção do Caminho e de acolhimento dos peregrinos, nas medidas sugeridas conhecidas ou a desenvolver, os inquiridos não se implicam, veem-se como beneficiários e não como agentes. Promovidas pela Eurocidade e pelo governo central, os inquiridos revelaram desconhecer quaisquer medidas de promoção. Os inquiridos passam, portanto, uma perceção negativa do envolvimento das instituições na promoção do Caminho e uma inexistência ou desconhecimento de medidas desenvolvidas com esse propósito. Recorde-se que a limpeza e sinalização constituem medidas acordadas

entre os 8 municípios que o CPIS atravessa e que ficaram protocoladas em 2011, num acordo de cooperação de dinamização do Caminho.

4.3.8. H - Políticas das instituições públicas para o acolhimento dos peregrinos

Perceciona-se também em termos de unanimidade a necessidade das instituições públicas desenvolverem medidas destinadas ao acolhimento dos peregrinos. Como se vê no gráfico n.º 17, sugeriram, como medidas a tomar, disponibilizar mais informação aos peregrinos (31%), sobre a cidade e o caminho (mapas, guias com a história, o património), providenciar alojamento (10%), promoção da cidade, de atividades e do Caminho (22%). Responderam não saber que tipo de medidas poderiam ser desenvolvidas, no âmbito do acolhimento dos peregrinos, 28% dos inquiridos. Referiu-se 9% a medidas categorizadas como outras, onde se conta, por exemplo, “visitas guiadas”, “tratamentos de bem-estar” e “entradas gratuitas nos museus”.

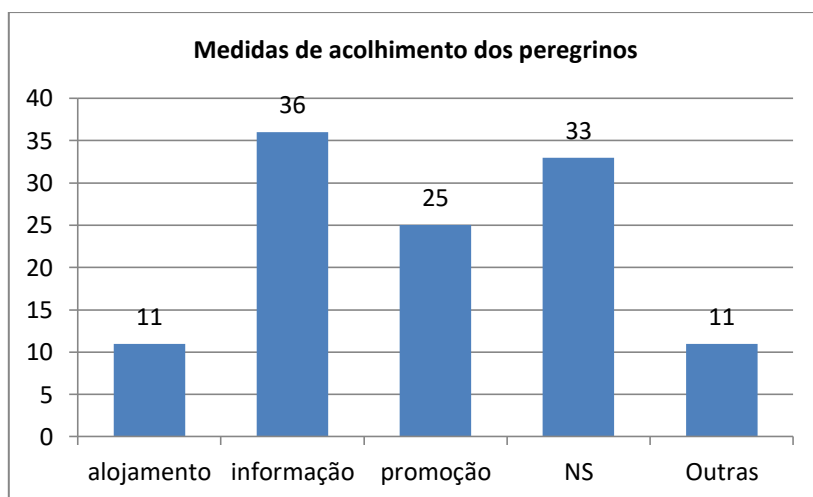


Gráfico 17: Medidas de acolhimento dos peregrinos.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

4.3.9. I - Políticas das instituições públicas para o aproveitamento do Caminho

Respondeu 66% que as instituições públicas não contribuem para o aproveitamento do Caminho. Apenas 3% entendeu que sim e 31% respondeu que não sabe. A contribuição específica da câmara e Eurocidade (1,22) e o governo (1,06) é compreendida como muito pouco significativa. A perceção de que as instituições públicas não contribuem para o aproveitamento do Caminho e o desconhecimento sobre

a questão sugerem, como na promoção e acolhimento, o não envolvimento em ações de divulgação e dinamização do Caminho da administração pública e da comunidade local ou que estas não são sentidas como significativas, tal como se deduz das respostas à questão seguinte, em que o Caminho não é identificado como um elemento identitário da cidade.

4.3.10. J - O Caminho e a identidade da cidade

O Caminho tem um peso pouco expressivo na identidade do país (3,07), muito similar ao peso que determinaram ter na cidade (3,34). Quando identificaram elementos da identidade da cidade, em que cada inquirido podia apresentar até quatro sugestões, as respostas foram agrupadas em elementos identitários: as termas, a ponte romana, o castelo de Chaves, o foliar de Chaves, os mais enumerados. A ponte romana e as termas, onde se incluem as referências às ruínas das termas romanas e à estância hidrológica, são os elementos identificados com mais frequências e a máxima valoração (7). Do património histórico construído foi nomeado o castelo de Chaves e, por último, do património gastronómico, o foliar de Chaves. A valoração destes dois elementos é menor, mas muito ligeiramente, como se vê na tabela abaixo.

Elementos da identidade de Chaves	N.º	Média (peso)
Termas	109	7,00
Ponte Romana	85	7,00
Castelo de Chaves	18	6,75
Foliar de Chaves	15	6,50
NR	106	---

Tabela 32: Elementos da identidade de Chaves.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

Do quadro também se destacam 106 respostas que dizem respeito àquelas que não identificam nenhum elemento. Do conjunto das sugestões dadas, podemos ainda destacar, de cinco a dez respostas, a referência aos pastéis de Chaves, ao fumeiro, à gastronomia e à igreja Matriz. Identificámos outras referências menos numerosas como o Grupo Desportivo de Chaves, o rio Tâmega, a igreja da Misericórdia, o Museu da Região Flaviense, o Largo de Camões, os monumentos, o património e as varandas medievais. Não consta, neste conjunto, qualquer menção ao Caminho de Santiago, apesar do peso que lhe é reconhecido em resposta à pergunta anterior, na identidade de cidade.

A tabela seguinte informa que os elementos com mais frequências (as termas e a ponte romana) foram identificados em primeira opção por 89,4% dos inquiridos, com a máxima valoração.

Elementos da identidade de Chaves	N.º	Média	Desvio	Mínimo	Máximo
Termas	57	7,00	,000	7	7
Ponte Romana	28	7,00	,000	7	7
Castelo de Chaves	4	6,75	,500	6	7
Folar de Chaves	6	6,50	,548	6	7
Total	95	6,96	,202	6	7

Tabela 33: Elementos da identidade de Chaves em primeira opção.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos inquiridos.

A importância da herança romana na identidade do município e memória coletiva confirma-se nas políticas públicas culturais que de 2007 a 2011 (Campos, Batista e Latif: 2014) dão destaque à construção do Museu das Termas Romanas, no final deste período, e dinamização, a partir de 2013, da “Festa dos povos em *Aquae Flaviae*”, recriando um mercado romano (<http://www.eurocidadechavesverin.eu/atividades/2013>).

Em síntese, constatámos que o Caminho de Santiago é uma rota de peregrinação reconhecida para além das fronteiras da Galiza e Compostela, que chega ao conhecimento das pessoas peregrinas sobretudo através de outros peregrinos, mas que é mínima a visibilidade, preferência e experiência do CPIS.

Verificámos também frequências e usos pouco significativos da cidade e dos seus equipamentos culturais pelos peregrinos; que os inquiridos percecionam, em termos de unanimidade, impactos positivos para a cidade e o comércio local, com a afluência de pessoas, promoção, desenvolvimento, animação, consumo e desenvolvimento das empresas, sobretudo por aqueles negócios localizados no traçado sinalizado do Caminho.

Apurámos a perceção do peregrino como uma minoria enquanto clientela regular e desejável, com um volume reduzido e variedade limitada de consumos e peso muito pouco expressivo na faturação deste tipo de clientela.

Identificámos um reconhecimento generalizado de benefícios para a cidade e o comércio local. Reconhecemos uma oferta comercial, de serviços e alojamento bastante satisfatória, mas fraca a oferta de alojamento destinada especificamente aos peregrinos,

consciência mais presente sobretudo por parte daqueles que fizeram o Caminho, falta entendida como oportunidade de negócio a preencher.

Percebemos como escassa a interação entre a cidade, os comerciantes e os peregrinos, que ocorre mais no âmbito convivencial e menos a nível profissional e religioso. Aqueles que fizeram o Caminho, têm mais idade e têm mais competências linguísticas revelam uma perceção mais forte das interações de peregrinos, comerciantes e locais.

Sobre os usos linguísticos que caracterizam os diferentes momentos e âmbitos de interação entre os peregrinos, comerciantes e a cidade, o português apresenta-se como língua mais presente, que atesta a nacionalidade portuguesa dos peregrinos como a mais expressiva, e, além do português, uma gama de línguas que falam e compreendem pouco diversificada. O espanhol é a segunda língua mais usada, em que revelam um domínio bastante satisfatório. No inglês e no francês assumem um conhecimento pouco satisfatório, que vai de encontro a uma população com baixas competências linguísticas, a uma localização raiana do município e proximidade histórica e cultural com a Galiza, Espanha, à nacionalidade espanhola da maioria dos turistas que procuram Chaves, bem como à nacionalidade mais representativa dos residentes estrangeiros; à presença do francês nos *curricula* dos ensinos básico e secundário mais longa, hegemonia perdida face a uma vaga de difusão e preferência pelo inglês e espanhol (Silva: 2005), à universalidade do inglês nos diferentes contextos da vida quotidiana. Os inquiridos reconhecem, no entanto, a necessidade de formação em línguas, sobretudo aqueles negócios que estão localizados no Caminho. Estes resultados informam ainda sobre a pouca disponibilidade para fazer formação, questão que não pode ser explicada por fatores de género nem de idade, pois são os mais novos que se mostram menos disponíveis e as mulheres e os que falam mais línguas os mais disponíveis. Ainda nesta seção, a valoração bastante satisfatória da proficiência linguística em espanhol, língua que falam e entendem bem, sugere tratar-se de uma comunidade com práticas bilingues, em determinadas situações de fala.

Sobre as questões das políticas públicas das instituições de promoção, acolhimento e aproveitamento do Caminho, ressaltando-se a coincidência do período em que foram aplicados os questionários com a proximidade de eleições autárquicas, cujos resultados puseram fim a um ciclo de 16 anos de governação, os inquiridos sugerem a necessidade das instituições públicas dinamizarem ações de promoção e aproveitamento do Caminho e acolhimento dos peregrinos, bem como a falta de

envolvimento das instituições públicas. Como medidas de promoção do Caminho apontam, ainda que com insignificantes incidências, a sinalização e limpeza, o que coloca a gestão do Caminho ainda numa fase muito incipiente, medidas protocoladas em 2011, pelos 8 municípios que o Caminho atravessa. Como medidas de acolhimento destacam a necessidade de disponibilizar mais informação sobre o Caminho e a cidade aos peregrinos e alojamento (albergue público). O alheamento ou a falta de envolvimento e participação das instituições públicas na tomada de ações e medidas é paralela a uma desresponsabilização dos inquiridos no mesmo processo.

Ao relacionar o Caminho e a identidade de Chaves, os dados sugerem que os inquiridos sentem que o Caminho tem um peso mediano na identidade local e nacional. Não identificam nenhum elemento identitário que direta ou indiretamente se relacione com o Caminho, antes assentam a identidade da cidade em elementos como as termas (públicas e romanas) e a ponte romana, sugerindo a importância e valorização que a romanização tem ao lado da desvalorização do Caminho.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Derivadas da exposição dos dados, levantam-se questões centrais do trabalho a começar pela unanimidade e o desfasamento. Unanimidade com que os inquiridos percecionam benefícios e impactos positivos do Caminho para o comércio local e a cidade, sobretudo ao nível da sua promoção, mas desfasamento entre esta perceção e os impactos reais, ao não reconhecerem os peregrinos como clientela regular e desejável e identificarem consumos e peso mínimos na faturação dos negócios, além de interações mínimas, no âmbito convivencial. Depois, também unanimidade com que reconhecem a necessidade de fazerem formação em línguas, todavia não se mostrando disponíveis para frequentarem cursos/ações de formação. Ainda unanimidade com que percecionam a falta de participação e envolvimento das instituições na dinamização de medidas de promoção, acolhimento dos peregrinos e aproveitamento do Caminho e identificam a necessidade das instituições desenvolverem políticas públicas de promoção, acolhimento dos peregrinos e aproveitamento do Caminho, ora, sem se sentirem corresponsáveis no processo. A mesma unanimidade no reconhecimento do peso relativo do Caminho de Santiago na identidade da cidade, sem que sejam, a seguir, identificados elementos identitários da comunidade que, direta ou indiretamente, se liguem ao Caminho, dado orientador na construção das políticas públicas.

Ao nível das interações, são sentidas como escassas e vividas, mais frequentemente no âmbito convivencial, menos a nível profissional. Afetam muito pouco o quotidiano da cidade e dos comerciantes, negando, em nosso entender, os negócios como espaços ou momentos de interação, o impacto económico sentido e indo de encontro ao facto da clientela regular e desejável dos negócios serem maioritariamente os locais.

Estas interações são marcadas por práticas linguísticas assentes no português, relacionando-se com a nacionalidade portuguesa da maioria dos peregrinos, com as baixas competências académicas e linguísticas do perfil dos inquiridos e com experiências de interação mínimas, entre locais e peregrinos. Caracteriza-se ainda por uma variedade reduzida de outras línguas, dentre as quais se destaca o espanhol, onde arrogam melhor proficiência, que se compreende sobretudo pela proximidade histórica e cultural de Chaves com a Galiza e pelo número de turistas espanhóis que visitam a cidade. A questão dos usos linguísticos é ainda marcada, como foi já apontado, pelo reconhecimento unânime da necessidade de fazer formação, principalmente por aqueles

que se localizam no Caminho, sugerindo, *a priori*, a influência das competências linguísticas na qualidade das relações entre cliente e comerciante. Ao mesmo tempo, por um desfasamento, quando se mostram muito pouco disponíveis para aprender uma nova língua e não são dadas como exemplo de medidas desenvolvidas ou a desenvolver, no âmbito da promoção e aproveitamento do Caminho e acolhimento dos peregrinos. Daqui será ainda legítimo aferir que é sentida como pouco urgente ou útil a promoção de uma política de línguas por parte dos agentes empregadores e empregados ou instituições públicas, tendo em conta também o tipo de clientela dos negócios, maioritariamente locais, enquanto clientela regular e desejável. Pode, no entanto, contribuir, este desfasamento, para um desenho orientado das políticas públicas.

Em vista dos dados apresentados entendemos que as ferramentas utilizadas (informes estatísticos e inquéritos) se mostraram adequadas aos objetivos do trabalho, permitindo o levantamento de informação útil sobre a perceção dos impactos do Caminho na cidade e no comércio local e o desenho de políticas públicas.

De seguida, parece-nos oportuno pôr em evidência o contributo inovador do presente trabalho em relação ao conhecimento existente, com destaque para o produzido no âmbito da rede Galabra e do projeto *Discursos, imagens e práticas culturais sobre santiago de Compostela como meta dos Caminhos*, sobre os usos linguísticos associados ao Caminho, apesar de identificadas baixas frequências do Caminho e níveis mínimos de interação entre a comunidade e os peregrinos.

No seu conjunto, os dados apontam para uma unanimidade e entendimento positivo do Caminho, dos seus benefícios, paralela a um desfasamento entre o impacto real da passagem dos peregrinos e o sentido pela comunidade. Sugerem escassas práticas e espaços de interação entre a comunidade e os peregrinos, ou seja, um impacto quase nulo no quotidiano dos locais. Percebe-se, quanto aos usos linguísticos, que são marcados pelo português, apesar das baixas frequências do Caminho, tal como se percebe a necessidade de formação em línguas, a par da pouca disponibilidade, questão a observar no desenho de políticas públicas das instituições. Demonstram ainda a falta de expressão do Caminho na identidade da comunidade, com impacto na construção de políticas públicas.

Anotam-se algumas fragilidades como: a necessidade de alargar o estudo a outros atores, instituições públicas, peregrinos, de modo a cruzar os dados e ganharem força as conclusões deste trabalho; a dimensão do questionário, que resultou, muitas vezes, em entrevistas de não menos de uma hora; o foco nos usos linguísticos não ter

produzido frequências e dados significativos, desde logo pela escassa interação entre comerciantes, locais e peregrinos, número reduzido de pessoas no Caminho, à natureza e número das questões, campo novo na literatura especializada na interpretação dos seus impactos.

Além de um contributo para os resultados do projeto a que se vincula este trabalho, atrás identificado, fica o ensejo de que estas conclusões possam informar, de forma positiva, as políticas públicas das instituições locais e contribuir para uma mais acertada apreciação do CPIS e dos seus impactos na comunidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Sandra Maria Pereira Paiva (2012). *A Antevisão do Peregrino na Iconografia de São Tiago no Caminho Português de Santiago entre Viseu e Chaves. Subsídios para a criação de uma rota turística* – Volume I. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa. Viseu. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/15849>.

ANTUNES, Ângela Isabel Lopes, (2016). *Caminhar na era tecnológica em direção a Santiago de Compostela: Estudo do uso de uma app por parte dos peregrinos*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Politécnico de Viseu, Viseu. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.19/3322>.

BASTOS, Sérgio Amaro Ferreira de Castro (2012). *Guião interpretativo da geologia do Caminho de Santiago (Caminho Central Português: Porto - Santiago de Compostela)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/22777>.

BEIRANTE, Tatiana Filipa Mata (2017). *O ensino-aprendizagem do espanhol/castelhano nas escolas públicas portuguesas: razões da sua escolha por parte dos alunos*. Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/22396>.

CAMPOS, Jenny; BATISTA, Maria Manuel; LATIF, Larissa (2014). *Chaves (2007-2011) Que estratégias político-culturais?* In BATISTA, Maria Manuel (Org.) *Políticas Públicas Culturais: Dinâmicas, Tensões e Paradoxos*. Grácio Editor.

CARBALLIDO, Xurxo Férandes (2012). *O ensino da língua portuguesa na Galiza*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/24032>.

COSTA, Daniela Catarina Martins da (2015). *A (Re)Ativação de um caminho Histórico: o caso do Caminho de Santiago em Braga*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada, Vila Nova de Famalicão. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11067/2950>.

CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da (2007). *Marcas da devolução e da peregrinação Jacobeias em Portugal*. In *O caminõ de Santiago para o século XXI. O caminho português*, Pontevedra, Portugal, 22-28 Marzo 2007. BLANCO ÁLVAREZ, Fernando X. (dir.) - Actas do Congresso. Xunta de Galicia: Consellería de Innovación e Industria, 2007. ISBN 978-84-453-4544-3. pp. 75-95. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/14014>.

CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da (2011). *A devoção e a peregrinação jacobeias em Portugal*. ad limina-Revista de Investigación del Camino de Santiago y las Peregrinaciones. ISSN 2171-620X. Vol. 2, n.º 2, pp.85-114. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/14004>.

CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da (2006). *Brevíssima história da peregrinação jacobeia em Portugal*. Trentino: Associazione Anaune Amici del Cammino di Santiago, 2006. Congresso Internazionale tenutosi a Fondo in Valle di Non.

DUARTE, Ana Catarina Fernandes (2016). *Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/87059>.

GOMES, Leandro Eustáquio (2012). *Olhares sobre o património: uma etnografia do Caminho de Santiago Português*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/25954>.

GONÇALVES, Diana Pinto (2013). *Aspectos do bilinguismo no comércio da fronteira uruguaia-brasileira*. In PAPIA, São Paulo, v. 23(2), pp. 201-221. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2045/1915>.

GONÇALVES, Francisco Joaquim Barbosa (2012). *Plano de Interpretação dos Caminhos de Santiago no Centro Histórico de Barcelos*. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11960/1337>.

GUIA-EUROPEU-CAMIMNHOS-SANTIAGO, Caminho Português do Interior. Xunta de Galicia. S/ data.

LIMA, Cristina Maria Fiúza da Rocha Pereira de (2011). *Turismo cultural: à descoberta do Castro de S.to Estêvão da Facha: um percurso pedestre no Caminho Português de Santiago*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/20347>.

MAIA, José Augusto (2010). *Caminhar e Chegar: Nota sobre peregrinações, turismo e desenvolvimento*. Edições ISMAI. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.24/129>.

MARQUES, José (1989). *A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média*. Revista da faculdade de Letras. História. Série II, Vol. 06, pp. 11-94.

MARQUES, José (2006). *Os santos dos caminhos portugueses*. Revista da Faculdade de Letras. História, Série III, Vol. 07, pp. 243-262.

MARQUES PEREIRA, Miguel Nuno (2014). *Sistemas de Informação Geográfica e Realidade Aumentada em Turismo: Guia interativo do Caminho Português de Santiago em Barcelos*. Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10347/11998>.

MARTÍN-DUQUE, Clara (2017). *Los impactos del turismo en el Camino de Santiago Francés: una aproximación cualitativa*. *Methodos*. Revista de Ciencias Sociales, 5 (1): pp. 62-73. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17502/m.rcs.v5i1.155>.

MENDES, Ana Catarina (2009). *Peregrinos a Santiago de Compostela. Uma etnografia do Caminho Português*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/299>.

MORENO, Humberto Baquero (1986). *Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*. In Revista da Faculdade de Letras: História, série II, vol. 3 (1986), pp. 77-90. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/7676>.

NADAIS, Catarina Duarte Fontoura (2010). *O Turismo e os territórios da espiritualidade. Os Caminhos de Santiago em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/15370>.

PINA, Marta Daniela Ferreira dos Santos (2013). *Abrigos em percursos de peregrinação: abrigos mínimos em Chaves e Montalegre*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada, Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11067/3365>.

PARDELLAS, X., PADÍN, Carmen (2014). *El Camino de Santiago portugués en Galicia y las estrategias turísticas locales*. Revista de análisis turístico, nº 17, 1º semestre 2014, pp. 51-59, Universidad de Vigo.

PAZOS-JUSTO, Carlos (2017). *Turismo, imagem e comunidade. Reflexões a partir do caso de Santiago de Compostela*. Fernando Groba & Pedro Dono (orgs). *Galegos no Minho. 20 anos do Centro de Estudos Galegos*. Braga: Centros de Estudos Galegos/Universidade do Minho, pp. 79-92. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/49490>).

PAZOS-JUSTO, Carlos; RIO ARAUJO, Marisa del e SAMARTIM, Roberto (2017). *Políticas culturais e comunidade local: contributos para a análise do caso de Santiago de Compostela como meta dos Caminhos de Santiago*. Atas do III Congresso Internacional sobre Culturas. Interfaces da Lusofonia (ICS-Minho, 23-25 de novembro de 2017) [No prelo].

PAZOS-JUSTO, Carlos, RIO ARAUJO, Marisa del e SAMARTIM, Roberto (2018). *Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela*. Sémata. Ciências Sociais e Humanidades, n.º 30 [No prelo].

PEREIRO, Xerardo (2017). *Turiperegrinos portugueses no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela*, Revista Turismo & Desenvolvimento, N.º 27/28, pp. 413 – 423.

PIMENTA, José (2016). *Abrigo Mínimo de Apoio aos Peregrinos no Caminho Português de Santiago de Compostela*. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11110/1132>.

Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas: aprendizagem, ensino e avaliação (2001). Lisboa, Edições ASA.

REMOALDO, Paula & CADIMA RIBEIRO, José (2017). *O legado de Guimarães capital europeia da cultura 2012: a leitura dos residentes e dos visitantes*. Edições Afrontamento de Autores, Porto.

SANTOS, José Fernando Oliveira (2011). *Os impactos do turismo religioso: O caso da Semana Santa em Braga*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

SANTOS, Tânia Leitão dos (2015). *A Caminho de Santiago: Arquitetura Popular em Projeto*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/81597>.

SILVA, América Flávia Borges da (2017). *O Caminho de Santiago como recurso didático promotor da competência leitora e cultural nas aulas E/LE*. Tese de mestrado, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/45226>.

SILVA, Emily Lange da (2015). *A cooperação transfronteiriça como oportunidade de desenvolvimento das regiões de fronteira. Da Raia Ibérica à Euroregião Galiza-Norte de Portugal*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/40442>

SILVA, José Antunes da (2004). *Caminhos de Santiago: uma Europa peregrina*. THEOLOGICA, 2.^a Série, 39, 2, pp.331-357.

SILVA, Mário José Filipe da (2005). *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico*. Tese de doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/777>.

TORRES FEIJÓ, E. J. (2011). “Discursos contemporâneos e práticas culturais dominantes sobre Santiago e o Caminho: a invisibilidade da cultura como hipótese.” in *Literatura, espaço, cartografias*, A. A.: Lourenço e O. M. Silvestre, coords. Coimbra: Centro de Literatura portuguesa. pp. 391-448.

TERRÓN SANCHEZ, Álvaro (2014). *La enseñanza del portugués en Extremadura: de las primeras iniciativas a las secciones bilingües*. Dissertação de Mestrado, Cáceres: Universidad de Extremadura.

VÁZQUEZ, Raquel Bello, TORRES FEIJÓ, E. J. (2013). *Sustainable identity. Tourism as opportunity or menace. Extracting parameters for the study of identity sustainability. Proposals based on a case study in Santiago de Compostela*. Research Group Galabra, University of Santiago de Compostela, Internacional Critical Tourism Conference.

<http://www.chaves.pt>

<http://www.eurocidadechavesverin.eu>

<http://www.cpisantiago.pt>

<http://www.oficinadelperegrino.com>

<https://www.galabra.com>

<https://www.internetworldstats.com>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

<https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>

ANEXOS

Anexo n.º 1: Guia do CPIS

Anexo n.º 2: Questionário

JORNADAS

(Início/ fim em Albergue)

- 1.ª JORNADA
FARMINHÃO – FONTELO (VISEU)
17 Km
- 2.ª JORNADA
FONTELO (VISEU) – ALMARGEM
16,7 Km
- 3.ª JORNADA
ALMARGEM – RIBOLHOS
23,6 Km
- 4.ª JORNADA
RIBOLHOS – BIGORNE
19,7 Km
- 5.ª JORNADA
BIGORNE – PENUDE
11,9 Km
- 6.ª JORNADA
PENUDE – BERTELO
29,2 Km
- 7.ª JORNADA
BERTELO – VILA REAL
11 Km
- 8.ª JORNADA
VILA REAL – PARADA DE AGUIAR
26,8 Km
- 9.ª JORNADA
PARADA DE AGUIAR – VIDAGO
22,6 Km
- 10.ª JORNADA
VIDAGO – CHAVES
19,7 Km
- 11.ª JORNADA
CHAVES – VERIN
26,1 Km

4. Albergue de Ribolhos
40°52'51.87"N 7°55'40.47"W
Capacidade 16 PAX
Valor: Aceita-se donativo
Aviso prévio:
(tel. +351 232 315 837/ +351 232 315 870
+351 232 675 842)
Ribolhos – Castro Daire
5. Albergue de Bigorne
– Junta de Freguesia
41°00'24.23"N 7°55'05.49"W
Capacidade 30 PAX
Valor: Aceita-se donativo
Aviso prévio:
(tel. +351 933 385 253/ +351 916 734 892)
Bigorne – Lamego
6. Albergue de Penude
– Junta de Freguesia
41°42'27.83"N 7°51'13.17"W
Capacidade 20 PAX
Valor: Aceita-se donativo
Aviso prévio (tel. +351 254 811 137)
Penude – Lamego
7. Albergue de Bertelo
41°14'15.47"N 7°46'20.19"W
Capacidade 14 PAX
Valor: Aceita-se donativo
Aviso prévio:
(tel. +351 254 969 115/ +351 254 810 130)
Bertelo – Santa Marta de Penaguião
8. Seminário Diocesano
41°17'51.90"N 7°44'47.36"W
Capacidade 68 PAX
Valor: 5 €
Aviso prévio
(tel. +351 259 322 034/ +351 259 325 828)
Entrada até 21h.
Vila Real
9. Albergue de Santiago
41°28'01"N 7°39'14.41"W
Capacidade 10 PAX
Valor: Aceita-se donativo
Aviso prévio:
(tel. +351 259 403 133/ +351 961 537 588)
Parada de Aguiar – Vila Pouca de Aguiar
10. Bombeiros Voluntários de Vidago
41°38'17.98"N 7°34'22.69"W
Capacidade 10 PAX
Valor: 5 €
Aviso prévio (tel. +351 276 907 122)
Vidago – Chaves
11. Quartel do Exército/ RI 19
41°45'59.34"N 7°32'20.81"W
Capacidade 35 PAX
Aviso prévio (tel. +351 276 333 163)
Chaves

1. Albergue de Farminhão
40°36'44.98"N 8°12'51"W
Capacidade 12 PAX
Valor: 3 € a 10 €
(tel. +351 232 996 525/ +351 917 821 198)
Farminhão – Viseu
2. Albergue do Fontelo
40°39'28.05"N 7°53'51.13"W
Capacidade 20 PAX
Valor: 3 € a 10 €
(tel. +351 927 663 456)
Fontelo – Viseu
3. Albergue de Alargem
40°45'49.64"N 7°52'45.65"W
Capacidade 20 PAX
Valor: 3 € a 10 €
(tel. +351 967 016 819)
Alargem – Viseu

ALBERGUES

O Caminho Português Interior de Santiago estende-se por 205 Km, em território português, atravessando os municípios de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves. Atravessa a fronteira em Vilarelho da Raia, percorrendo cerca de 180 Km da Via da Prata (Sevilha – Santiago), em território espanhol, até alcançar Santiago de Compostela.

O Caminho Português Interior de Santiago resultou do empenho conjunto dos oito municípios atravassados, e diferencia-se de outras vias de peregrinação já marcadas, em Portugal, por vários fatores:

- o rigor nos critérios de reconhecimento e marcação do caminho;
- a riqueza patrimonial, iconográfica e toponímica associada a Santiago e ao Caminho;
- o enquadramento natural e rural;
- o duplo sentido, permitindo a utilização do caminho para peregrinação a Santiago e a Fátima.

CONTACTOS ÚTEIS

EMERGENCIAS: 112

VISEU
Câmara Municipal de Viseu: +351 232 427 427
Wikiconos Centre – Turismo do Centro (Posto de Turismo): +351 232 420 500
Hospital S. Teotónio: +351 232 420 500
Posto local da GNR – Guarda Nacional Republicana: +351 232 467 640
Posto local da PSP – Polícia de Segurança Pública: +351 232 480 360

CASTRO DAIRE
Município de Castro Daire: +351 232 382 214
Centro Municipal de Cultura/Biblioteca: +351 232 319 150
Piscinas Municipais: +351 232 319 130
Termas do Carvalhal: +351 232 382 342
Unidade de Saúde Familiar do Montemor: +351 232 319 182
Bombeiros Voluntários de Castro Daire: +351 232 319 050
Bombeiros Voluntários de Farejinhos: +351 232 382 404
Posto local da GNR – Guarda Nacional Republicana: +351 232 382 139
Praça de Táxis: +351 232 382 131

LAMEGO
Junta de Freguesia do Penude: +351 254 811 137 / +351 937 043 789
Bombeiros Voluntários de Lamego: +351 254 609 122 / +351 254 813 866
Unidade Hospitalar de Lamego: +351 254 609 980
Polícia de Segurança Pública: +351 254 612 022
Posto Local da GNR – Guarda Nacional Republicana: +351 254 612 123
Câmara Municipal de Lamego: +351 254 609 600
Posto de Turismo: +351 254 612 005
Turismo Douro: +351 254 615 770

PESO DA RÉGUA
Município do Peso da Régua: +351 254 320 230
Posto de Turismo do Peso da Régua: +351 254 312 846
Centro Hospitalar Vila Real/Peso da Régua Hospital D. Luíz I: +351 254 320 430
Centro de Saúde: +351 254 320 050
Bombeiros Vol. P. da Régua: +351 254 312 382 Emergências: +351 254 312 387
Guarda Nacional Republicana: +351 254 313 614

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião: +351 254 810 130
Centro Social e Paroquial de Santa Eulália: +351 259 969 115
Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião: +351 254 821 160
Posto local da GNR – Guarda Nacional Republicana: +351 254 810 420

VILA REAL
Albergue – Seminário de Vila Real: +351 259 322 034 / +351 259 325 828
Município de Vila Real: +351 259 308 100
Posto de Turismo: +351 259 322 819
Bombeiros Cruz Verde: +351 259 330 510
Bombeiros Cruz Brancos: +351 259 340 900
Posto local da GNR – Guarda Nacional Republicana: +351 259 303 290
Polícia de Segurança Pública: +351 259 330 240

VILA POUCA DE AGUIAR
Albergue (Albergue/Informações): +351 259 403 133
Município Vila Pouca de Aguiar: +351 259 419 100
Museu Municipal: +351 259 403 103
Casa da Cultura: +351 259 402 917
Bombeiros Voluntários: +351 259 419 140
Posto local da GNR – Guarda Nacional Republicana: +351 259 416 543
Casa da Cultura: +351 259 402 917
SPA Termal de Pedras Salgadas: +351 259 437 140 / 932 640 521
Centro de Saúde: +351 259 416 460

CHAVES
Município de Chaves: +351 276 340 500
Associação Flavense de Caminhantes: +351 936 062 971

Spa Termal de Pedras Salgadas
Parque de Pedras Salgadas
pedras@tiscali.pt

Mais informações
<http://cpisantiago.com>
info.cpisantiago@gmail.com

<http://cpisantiago.com>



Apresentação

Bom dia, boa tarde. A Universidade do Minho está a recolher testemunhos de COMERCIANTES locais sobre os impactos do Caminho Português Interior de Santiago (CPIS), no âmbito de uma investigação desenvolvida no domínio do Mestrado em Português Língua Não Materna, Língua Segunda e Língua Estrangeira. A informação recolhida é anónima e os dados tratados apenas estatisticamente. Gostaria de participar neste estudo? Esperamos que se sinta à vontade para responder. O inquérito não demorará mais de 10-15 minutos.

Obrigada.

A. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1. CAE DA EMPRESA

SECÇÃO: ____ DIVISÃO: _____

1.1. LOCALIZAÇÃO

Nº: ____ RUA: _____

1.2. DATA DE INSTALAÇÃO DA EMPRESA

--	--	--	--	--	--	--	--

(DIA, MÊS, ANO)

2. RESPONDENTE

Empregado	
Proprietário	
Gerente	
Responsável	
NS/NR	

3. SEXO

F	
M	
NS/NR	

4. IDADE

_____ anos.

5. NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Doutoramento/Mestrado	
Licenciatura	
Secundário	
3º Ciclo (9º ano)	
2º Ciclo (6º ano)	
1º Ciclo (4º ano)	
< 4º ano	
Sem estudos	
Outra(s)	
NS/NR	

5.1 SE RESPONDEU OUTRA(S), INDIQUE QUAL

6. LÍNGUA(S) QUE FALA/ENTENDE

7. NATURALIDADE

País	
Concelho	
Freguesia	
NS/NR	

8. RESIDÊNCIA

Freguesia	
Rua	
NS/NR	

B. CONHECIMENTO DO CAMINHO DE SANTIAGO

9. JÁ OUVIU FALAR NO CAMINHO DE SANTIAGO?

Sim	
Não	
NS/NR	

9.1 SE SIM, EM QUE CONTEXTO?

Já fez o caminho	
Comunicação social	
Livro/filme	
Ações locais de divulgação	
Por pessoas que já fizeram o caminho	
Outra(s)	
NS/NR	

9.1.1 SE RESPONDEU OUTRA(S), INDIQUE QUAL.

10. SABIA QUE O CAMINHO DE SANTIAGO ATRAVESSA O CONCELHO DE CHAVES?

Sim	
Não	
NS/NR	

10.1 SE SIM, INDIQUE UMA RUA/LUGAR POR ONDE PASSE O CAMINHO.

10.2 SABE QUE CAMINHO ATRAVESSA O CONCELHO?

Caminho primitivo	
Caminho francês	
Caminho inglês	
Caminho português	
Caminho português interior	
Outro(s)	
NS/NR	

10.2.1 SE RESPONDEU OUTRO(S), INDIQUE QUAL.

11. JÁ FEZ O CAMINHO DE SANTIAGO?

Sim	
Não	
NS/NR	

11.1 SE SIM, QUAL?

11.2 SE SIM, QUANDO? (mês ou estação/ ano)

11.3 SE SIM, QUANTAS VEZES?

1 Vez	
2 Vezes	
3 Vezes	
+ De 3 Vezes	
NS/NR	

11.4 SE SIM, QUE MOTIVAÇÕES O LEVARAM A FAZER O CAMINHO (ORDENE DE 1 A 7 EM QUE 1 SIGNIFICA MOTIVAÇÃO MENOS IMPORTANTE E 7 SIGNIFICA MOTIVAÇÃO PRINCIPAL)?

Religiosas	
Espirituais	
Culturais	
Lazer	
Desportivas	
Ambientais	
Aventura	
Convivenciais	
Outra(s)	
NS/NR	

11.4.1 SE RESPONDEU OUTRA(S), INDIQUE QUAL.

C. IMPACTOS DO CAMINHO NA CIDADE

12. CONSIDERA QUE OS PEREGRINOS VISITAM A CIDADE?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

13. CONHECE EQUIPAMENTOS CULTURAIS NA CIDADE?

Sim	
Não	
NS/NR	

13.1 CONSIDERA QUE OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA CIDADE SÃO ATRAENTES PARA OS PEREGRINOS?

Sim	
Não	
NS/NR	

13.2 EM QUE MEDIDA CONSIDERA QUE SÃO USADOS/FREQUENTADOS OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PELOS PEREGRINOS?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: não usados, 7: muito usados)

14. EM QUE MEDIDA CONSIDERA QUE A PASSAGEM DO CAMINHO DE SANTIAGO BENEFICIA OU PREJUDICA A CIDADE?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: máxima desvantagem; 7: máximo benefício)

14.1 ENUMERE ALGUNS BENEFÍCIOS OU IMPACTOS POSITIVOS PARA A CIDADE.

14.2 ENUMERE ALGUMAS DESVANTAGENS, IMPACTOS NEGATIVOS PARA A CIDADE.

D. IMPACTOS DO CAMINHO NO COMÉRCIO LOCAL

15. EM QUE MEDIDA CONSIDERA QUE A PASSAGEM DO CAMINHO DE SANTIAGO BENEFICIA OU PERJUDICA O COMÉRCIO LOCAL?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: máxima desvantagem; 7: máximo benefício)

15.1 ENUMERE ALGUNS BENEFÍCIOS, IMPACTOS POSITIVOS PARA O COMÉRCIO LOCAL.

15.2 ENUMERE ALGUMAS DESVANTAGENS, IMPACTOS NEGATIVOS PARA O COMÉRCIO LOCAL.

16. VALORIZE A QUANTIDADE DA OFERTA DE ALOJAMENTO, COMERCIAL E DE SERVIÇOS EM CHAVES.

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: escassa; 7: excessiva)

16.1. VALORIZE A QUANTIDADE DA OFERTA DE ALOJAMENTO DESTINADA AOS PEREGRINOS.

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: escassa; 7: excessiva)

16.2. VALORIZE A QUANTIDADE DA OFERTA COMERCIAL E DE SERVIÇOS DESTINADOS AOS PEREGRINOS.

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: escassa; 7: excessiva)

16.3 ENUMERE ALGUMAS NECESSIDADES NÃO PREENCHIDAS/ OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO.

17. COMO DEFINE A CLIENTELA DO SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL?

Só Locais	
Peregrinos esporádicos	
Maioritariamente locais	
Mistura entre locais e peregrinos	
Maioritariamente peregrinos	
Locais esporádicos	
Só peregrinos	
NS/NR	

18. QUE TIPO DE CLIENTELA SERIA A DESEJÁVEL?

Só Locais	
Peregrinos esporádicos	
Maioritariamente locais	
Mistura entre locais e peregrinos	
Maioritariamente peregrinos	
Locais esporádicos	
Só peregrinos	
NS/NR	

19. QUAL CONSIDERA SER O CONSUMO MÉDIO DOS SEUS CLIENTES?

Menos de 3€ por pessoa	
Menos de 6€ por pessoa	
DE 6 a 10 euros por pessoa	
DE 11 a 15 euros por pessoa	
DE 16 a 20 euros por pessoa	
+ DE 20 euros por pessoa	
NS/NR	

19.1 QUE PRODUTOS SÃO MAIS PROCURADOS/CONSUMIDOS PELOS PEREGRINOS NO SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL?

19.2 QUE PRODUTOS SÃO MAIS PROCURADOS/CONSUMIDOS PELOS LOCAIS NO SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL?

19.3 EM QUE PERÍODO(S) RECEBE MAIS PEREGRINOS?

Jan.Fev.Mar.	
Abr.Mai.Jun.	
Jul.Ago.Set.	
Out.Nov.Dez.	
NS/NR	

19.4 EM QUE MEDIDA CONSIDERA QUE A FATURAÇÃO DO SEU NEGÓCIO DEPENDE DOS PEREGRINOS?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: não depende, 7: depende muito)

19.5 EM QUE PERÍODO(S) É MAIOR A FATURAÇÃO DO SEU NEGÓCIO?

Jan.Fev.Mar.	
Abr.Mai.Jun.	
Jul.Ago.Set.	
Out.Nov.Dez.	
NS/NR	

19.6 LEVANDO EM CONTA O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO EM PORTUGAL [557€/mês], INDIQUE APROXIMADAMENTE O VALOR DA SUA FATURAÇÃO.

Menos de cinco salários mínimos	
Até dez salários mínimos	
Até quinze salários mínimos	
Mais de vinte salários mínimos	
Outro(s)	
NS/NR	

19.6.1. SE RESPONDEU OUTRO(S), INDIQUE QUAL.

E. INTERAÇÃO DOS COMERCIANTES COM OS PEREGRINOS

20. VALORIZE O SEU GRAU DE INTERAÇÃO/ RELAÇÃO COM PEREGRINOS.

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: mínima interação; 7: máxima. interação)

20.1 EM QUE ÂMBITO SE PRODUZ ESSA INTERAÇÃO?

(profissional, convivencial, religioso, ...; / espaços ou atividades concretas, ...)

21. QUE LÍNGUA(S) UTILIZA PARA INTERAGIR COM OS PEREGRINOS?

21.1 VALORIZE O SEU GRAU DE COMPETÊNCIA NESSAS LÍNGUAS QUE USA PARA INTERAGIR COM OS PEREGRINOS NÃO LUSÓFONOS.

L1

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: conhecimento fraco, 7: conhecimento elevado)

L2

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: conhecimento fraco, 7: conhecimento elevado)

L3

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: conhecimento fraco, 7: conhecimento elevado)

21.2 VALORIZE O GRAU DE CONHECIMENTO DO PORTUGUÊS DOS PEREGRINOS NÃO LUSÓFONOS.

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: conhecimento fraco, 7: conhecimento elevado)

21.3 IDENTIFICA ALGUMA(S) NECESSIDADE(S) NAS SUAS COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS?

Sim	
Não	
NS/NR	

21.4 ESTARIA DISPONÍVEL PARA MELHORAR AS SUAS COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS, FAZENDO FORMAÇÃO?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1:sem disponibilidade; 7: total disponibilidade)

F. INTERAÇÃO DA CIDADE COM OS PEREGRINOS

22. EM QUE GRAU CONSIDERA QUE OS HABITANTES DE CHAVES INTERAGEM COM OS PEREGRINOS?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: não interagem, 7: interagem muito)

22.1 EM QUE ÂMBITO ACHA QUE SE PRODUZ ESSA INTERAÇÃO DE CHAVES COM OS PEREGRINOS?

(profissional, convivencial, religioso, ...; / espaços ou atividades concretas, ...)

23. EM QUE MEDIDA CONSIDERA QUE A PRESENÇA DE PEREGRINOS EM CHAVES ALTERA OU MODIFICA O SEU DIA A DIA?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada; 7: muito)

24. EM QUE MEDIDA CONSIDERA QUE A PRESENÇA DE PEREGRINOS EM CHAVES ALTERA OU MODIFICA O DIA A DIA DA CIDADE?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1 nada; 7 muito)

G. POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DO CAMINHO DE SANTIAGO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

25. CONSIDERA NECESSÁRIO QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (AUTARQUIA, EUROCIDADE, GOVERNO) REALIZEM AÇÕES DESTINADAS À PROMOÇÃO DO CAMINHO DE SANTIAGO AO SEU PASSO POR CHAVES?

Sim	
Não	
NS/NR	

25.1 CONHECE ALGUMA MEDIDA DA AUTARQUIA DINAMIZADA NESSE SENTIDO? INDIQUE QUAL.

25.2 CONHECE ALGUMA MEDIDA DA EUROCIDADE DINAMIZADA NESSE SENTIDO? INDIQUE QUAL.

25.3 CONHECE ALGUMA MEDIDA DO GOVERNO DINAMIZADA NESSE SENTIDO? INDIQUE QUAL.

H. POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO DOS PEREGRINOS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

26. CONSIDERA NECESSÁRIO QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (AUTARQUIA, EUROCIDADE, GOVERNO) REALIZEM AÇÕES DESTINADAS AO ACOLHIMENTO DOS PEREGRINOS?

(acolhimento em sentido geral)

Sim	
Não	
NS/NR	

26.1 SE SIM, INDIQUE QUE TIPO DE MEDIDAS DEVEM SER REALIZADAS E POR QUEM.

I. POLÍTICAS DE APROVEITAMENTO DO CAMINHO PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

27. CONSIDERA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (AUTARQUIA, EUROCIDADE, GOVERNO) CONTRIBUEM PARA O APROVEITAMENTO DO CAMINHO?

Sim	
Não	
NS/NR	

27.1 EM QUE MEDIDA CONTRIBUI A CÂMARA?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada, 7: muito)

27.2 EM QUE MEDIDA CONTRIBUI A EUROCIDADE?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada, 7: muito)

27.3 EM QUE MEDIDA CONTRIBUI O GOVERNO?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada, 7: muito)

J. O CAMINHO E A IDENTIDADE DA CIDADE

28. EM QUE MEDIDA CONSIDERA QUE O CAMINHO DE SANTIAGO FAZ PARTE DA IDENTIDADE DE PORTUGAL?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada, 7: muito)

28.1 EM QUE MEDIDA CONSIDERA QUE O CAMINHO DE SANTIAGO FAZ PARTE DA IDENTIDADE CHAVES?

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada, 7: muito)

28.2 INDIQUE OUTROS ELEMENTOS DA IDENTIDADE DE CHAVES E VALORIZE.

28.2.1

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada importante, 7: muito importante)

28.2.2

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada importante, 7: muito importante)

28.2.3

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada importante, 7: muito importante)

28.2.4

1	2	3	4	5	6	7	NS/NR

(1: nada importante, 7: muito importante)

Se desejar fazer alguma observação, sugestão ou crítica pode fazê-lo neste espaço.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Impressões do entrevistador
